



DIOGO ALVES XAVIER

**TURISMO EM PIRENÓPOLIS A PARTIR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-
19**

**BRASILIA
2021**

DIOGO ALVES XAVIER

**TURISMO EM PIRENÓPOLIS A PARTIR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-
19**

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo.

Professor orientador: Dr. Everaldo Batista da Costa

Professor coorientador: Dr. Vitor João Ramos Alves

**BRASILIA
2021**

DIOGO ALVES XAVIER

TURISMO EM PIRENÓPOLIS A PARTIR DOS IMPACTOS DA PANDEMIA COVID-19

Monografia apresentada ao Centro de Excelência em Turismo, da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Turismo, sob a orientação do professor Dr. Everaldo Batista da Costa.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa – orientador
Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Prof. Dr. Vitor João Ramos Alves – coorientador
Universidade de Brasília, UnB, Brasil

Profa. Dra. Iliá Alvarado Sizzo – avaliadora
Universidad Nacional Autónoma do México, UNAM, México

Profa. Dra. Lia Sipaúba Proença Brusadin – avaliadora
Universidade Federal de Ouro Preto, UFOP, Brasil

Prof. Dr. Álvaro López López – avaliador
Universidad Nacional Autónoma do México, UNAM, México

Brasília, 02 de agosto de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em especial, a meus familiares, pelas palavras de incentivo em todos os momentos em que me subestimei, mas que me ajudaram em meio às dificuldades. Ao orientador deste trabalho, pelo acompanhamento e inteligentes correções. Às minhas queridas joias raras, Jenifer Rodrigues de Sousa e nossa filha Ayirá Alves de Sousa, que me acompanham de longa data e me são sem dúvidas, peças fundamentais para a conquista desta etapa Universitária. Ao grande amigo de frente Fábio Cristovam, que possamos nos ver na pista. Aos colegas de Curso de Formação por todos os momentos juntos, por tudo que passamos nessa graduação e pelas nossas conquistas, esta é a primeira de muitas. Aos meus professores, por dividirem comigo anos de conhecimento e experiência. Aos funcionários do CET, pela compreensão e dedicação diária, bem como o desafio de operacionalizar o Centro de Excelência em Turismo, na Universidade de Brasília, antes e em meio a pandemia que a todos afetou.

RESUMO

Pirenópolis é um município do estado de Goiás, Brasil onde o turismo é uma das principais atividades econômicas. Localizada próxima a grandes metrópoles como Goiânia e Brasília, é um dos locais mais procurados na região para o lazer turístico em virtude da combinação entre arquitetura barroca conservada com os atrativos naturais. Desde a década de 1990 o turismo transformou e continua a “ditar” as transformações no município de Pirenópolis, colocando em tela a *situação geográfica turística* da cidade marcada pela interação campo-cidade e os desdobramentos deste processo contraditório que ao tempo que busca preservar, mas que acaba por alterar profundamente o modo de vida local para atender necessidades externas. Neste contexto, a pandemia causada pelo COVID-19, e a paralização quase imediata das atividades turísticas no mundo inteiro causou impacto especial nestes locais onde a atividade turística se desenvolveu não somente como um lazer, mas como a própria forma econômica de reprodução. Pensando em analisar os impactos da pandemia *na situação geográfica turística* de Pirenópolis, o presente estudo teve por objetivo analisar os impactos turísticos causados pelo COVID-19 em Pirenópolis, Goiás, bem como as boas práticas e utilização dos protocolos de saúde para a retomada da atividade turística. Para se atingir o objetivo a metodologia escolhida foi um estudo de caso com abordagem quanti-qualitativa. O levantamento dos dados se deu por pesquisa documental (decretos, programas, protocolos) e com a aplicação de questionários semiestruturados. A amostra contou com a participação de 80 entrevistados, sendo 18 residentes, 17 empreendedores do turismo, 17 turistas, 22 colaboradores *tradem* e 6 gestores públicos. Para o tratamento dos dados se empregou uma abordagem qualitativa em discussão com a literatura pertinente. Os resultados mostraram que a maioria dos entrevistados (93,5%) estão de acordo com as medidas tomadas pelos poderes públicos para o enfrentamento da pandemia. Quanto aos impactos econômicos e sociais, observa-se desde o desemprego e fechamento de estabelecimento, até mudanças sociais de comportamento, horários e principalmente a diminuição do fluxo de turistas no município. As falas ainda revelam o descaso e descumprimento das medidas protetivas. Em Pirenópolis a pandemia de COVID-19 praticamente parou o turismo no município, revelando a dependência do mesmo para com a atividade.

Palavras-chave: TURISMO; PIRENÓPOLIS; COVID-19. **SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA**

ABSTRACT

Pirenópolis is a municipality in the state of Goiás, Brazil where tourism is one of the main economic activities. Located close to large cities such as Goiânia and Brasília, it is one of the most sought after places in the region for tourist leisure, a combination of preserved baroque architecture and natural attractions. Since the 1990s, tourism has transformed and continues to “dictate” the transformations in the city of Pirenópolis, putting on screen the geographical tourist situation of the city marked by the field-city interaction and the consequences of this contradictory process that, while seeking to preserve, but which ends up profoundly altering the local way of life to meet external needs. In this context, the pandemic caused by COVID-10, and the almost immediate stoppage of tourist activities around the world caused a special impact in these places where tourist activity developed not only as leisure, but as the economic form of reproduction itself. In order to analyze the impacts of the pandemic on the geographical touristic situation of Pirenópolis, this study aimed to analyze the tourist impacts caused by COVID-19 in Pirenópolis, Goiás, as well as the good practices and use of health protocols for the resumption of the activity tourist. To achieve the objective, the chosen methodology was a case study with a quantitative-qualitative approach. Data collection was carried out through documentary research (decrees, programs, protocols) and with the application of semi-structured questionnaires. The sample included the participation of 80 respondents, 18 residents, 17 tourism entrepreneurs, 17 tourists, 22 tradem employees and 6 public managers. For the treatment of the data, a qualitative approach was used in discussion with the pertinent literature. The results showed that the majority of respondents (93.5%) agree with the measures taken by public authorities to face the pandemic. As for the economic and social impacts, it can be observed from unemployment and closure of establishments, to social changes in behavior, schedules and especially the decrease in the flow of tourists in the city. The speeches still reveal the neglect and non-compliance with protective measures. In Pirenópolis, the COVID-19 pandemic practically stopped tourism in the city, revealing its dependence on the activity.

Keywords: TOURISM; PIRENÓPOLIS; COVID-19; TOURIST GEOGRAPHICAL SITUATION;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Igreja Matriz de Pirenópolis.....	18
Figura 02 - Fluxo de Viagens 2019 e disseminação do COVID-19 até março 2020.....	37
Figura 3 - Focos emergentes Fortaleza, Paraná e Amazonas.....	45
Figura 4 - Focos emergentes Fortaleza, Paraná e Amazonas casos por dia.....	46
Figura 5 - Evolução do COVID-19 Brasil ago./set 2020.....	47
Figura 6 - Taxa de ocupação UTI.....	49
Figura 7 - Representação da situação turística geográfica em Pirenópolis.....	53
Figura 8 - Barreira sanitária Pirenópolis-GO.....	62

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características sociodemográficos dos entrevistados. Pirenópolis, GO, 2020-2021.....	54
Tabela 2 - Decretos e Normativas municipais de Pirenópolis - GO, para o enfrentamento do COVID-19.....	56
Tabela 3 - Meio de Transporte Utilizado Turista. Pirenópolis, GO, 2020-2021.....	61
Tabela 4 – decretos de retomada ao turismo em Pirenópolis.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – importância dos decretos municipais de Pirenópolis segundo amostra.....	73
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNC – Confederação Nacional de Comércio de Bens, Serviços e Turismo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

OMS – Organização Mundial da Saúde

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

OPAS – Organização Pan-Americana da Saúde

MTur – Ministério do Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
OBJETIVO GERAL.....	13
Objetivos específicos	14
METODOLOGIA.....	14
Caracterização da pesquisa	14
Unidade de análise, universo e amostra	15
Instrumento de coleta	16
Tratamento dos dados	Erro! Indicador não definido.
1. PIRENÓPOLIS, O TURISMO E A PANDEMIA (COVID-19)	17
1.1. NOTAS GEOHISTÓRICAS DE PIRENÓPOLIS (GOIÁS) - DESTINO TURÍSTICO E INDUTOR.	17
1.2. CIDADES DA <i>PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL</i> E O TURISMO: CASO DE PIRENÓPOLIS.....	20
1.3. PIRENÓPOLIS: REGIÃO DO OURO E ROTA DOS CRISTAIS – <i>SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA</i>	27
2. PANDEMIA E COVID-19: IMPACTOS AO TURISMO	32
2.1. TURISMO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE NA CONTEMPORANEIDADE.	32
2.1.1 Turismo, saúde e COVID-19	35
2.2 PROTOCOLOS E MEDIDAS DE COMBATE AO COVID-19 SEGUNDO AS AGENCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS.	38
2.2.1 Organização Mundial de Saúde (OMS)	38
2.2.2 Organização Mundial do Turismo	40
2.2.3 Ministério do Turismo no Brasil o turismo e o COVID-19	43
3. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA DE PIRENÓPOLIS NO CONTEXTO DE PANDEMIA	52
3.1 PIRENÓPOLIS E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (2020-2021) .	54
3.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS OBSERVADOS no turismo EM PIRENÓPOLIS DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS	59

3.3 RETOMADA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA EM PIRENÓPOLIS, GOIÁS?	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS	77
<u>APÊNDICE</u>	

INTRODUÇÃO

Desde o primeiro trimestre de 2020, fomos todos surpreendidos pelo novo coronavírus, responsável pela Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS, do inglês *Severe Acute Respiratory Syndrome*, ou SRAG, em português). É uma doença respiratória viral causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.

Atualmente, o mundo passa por um período de pandemia, o da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). Devido à sua alta transmissibilidade e gravidade clínica, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência internacional de saúde pública e no dia 11 de março, a pandemia foi oficializada (OMS, 2020).

A doença causa sintomas semelhantes aos da gripe, como febre, dores de cabeça, calafrios e dores musculares. No entanto, observa-se a alta mortalidade e letalidade relacionada ao COVID-19 e uma crise humanitária, emergida em meados de março de 2020, que nos faz refazer diferente todo fluxo do globo terrestre.

No Brasil, o turismo teve aumento de 2,2% no faturamento anual de 2019, R\$ 238,6 bilhões foram movimentados na economia e foi contabilizado 35.692 novos postos de emprego, apontando uma alta de 1,2% em comparação ao ano de 2018 (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo [CNC], 2020). A Organização Mundial do Turismo aponta que em um cenário de desaceleração da economia, a atividade turística aumentou em 2019 (OMT, 2020).

Atividades comerciais, deslocamentos e a totalidade das atividades humanas, no panorama mundial, foram afetados por esta crise sanitária. A epidemia surgida em Wuhan (capital e cidade mais populosos da província de Hubei na China central), rapidamente espalhada pelo globo terrestre, tornou-se pandemia e, a partir de então, concentra a maior atenção e cobertura de mídias, canais e veículos informativos, trazendo dados e informações pertinentes ao vírus e seus acometimentos à saúde humana planetária.

Facilitado pelos avanços na tecnologia dos transportes e rotas, as viagens e fluxos internacionais entre pessoas potencializaram o contato com o vírus (FARRELL; NEWMAN, 2020), da qual a transmissão pode ocorrer mesmo sem o surgimento de sintomas (Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS]; OMS, 2020).

Frente à crise que enfrentamos, protocolos de saúde foram trazidos pela OMS, que assume desde então papel de governança global e que prima por informar a situação real no mundo. Segundo a OMS, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa

a pessoa e apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves.

A OMT aponta drásticos efeitos econômicos da pandemia e redução expressiva em viagens internacionais e domésticas de até 80%. Como políticas de incentivo aposta, portanto, em programar diretrizes, redigidas em cooperação com o Comitê de Crise de Turismo Global e foca em prioridades para a recuperação do setor, mitigando o impacto econômico, desenvolvendo protocolos de segurança, equipes para coordenação de respostas e promoção da inovação para melhor desenvolver o destino.

No Brasil, ao longo da semana epidemiológica de 28 de março a 3 de abril de 2021, foram registrados valores recordes de óbitos por COVID-19, superando-se a marca de 3 mil mortes diárias. Nesta semana epidemiológica foi observada a taxa de letalidade em 4,2%. (FIOCRUZ, 2021)

Na região central do Brasil, apontada como destino indutor do turismo por políticas de regionalização e descentralização da atividade frente a um país de proporções continentais, Pirenópolis, em Goiás, inscrita pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde 1990, como Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagístico e Histórico, consta no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sendo assim destino e motivação de muitos visitantes e turistas na região do Centro-Oeste Brasileiro.

Com seus 292 anos, e população estimada de 25.064 de pessoas (IBGE, 2010) a cidade histórica de Pirenópolis chegou ao topo do ranking do turismo nacional. O aumento na quantidade de empregos formais no setor de hospedagem, assim como a institucionalização e regularização dos estabelecimentos de hospedagem antes informais, bem como o aumento do fluxo turístico doméstico e internacional, foi fundamental para que o município subisse da categoria “B”, em 2015, para a categoria “A” em 2019 (MTur, 2021). Isto exprime a importância do município para o fortalecimento do Turismo na região central. No entanto, muito já foi impactado pelo COVID-19 na cidade goiana, e também no mundo, e esta pesquisa torna-se importante no âmbito da compreensão dos efeitos analisados mediante uma parcela da comunidade receptora.

OBJETIVO GERAL

Analisar os impactos turísticos causados pelo COVID-19 em Pirenópolis, Goiás, bem como as boas práticas e utilização dos protocolos de saúde para a retomada da atividade turística.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar, caracterizar e dimensionar os impactos na cidade de Pirenópolis após o surgimento da Pandemia COVID-19 ocorridos no período da pesquisa;
- Confrontar os critérios e protocolos propostos pela secretaria de saúde com a realidade apresentada, sobretudo na orientação e cumprimento das normas por parte dos estabelecimentos de A&B, meios de hospedagem e atrativos;
- Analisar os impactos da Pandemia sobre o turismo segundo a ótica dos gestores, políticos, empresários, trabalhadores, etc.

METODOLOGIA

Para a composição deste estudo, empregou-se como base uma abordagem preponderantemente quali-quantitativa, pertinente para melhor entendimento de questões sociais atreladas às suas transformações. Coube referir-se a um conjunto de metodologias envolvendo referências epistemológicas capazes de dar suporte ao objeto deste estudo.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa efetuada pode ser tida como exploratória em relação aos fins, pelo fato de explanar questões na área em que se acumulou conhecimento sem esgotar a compreensão da enorme gama de mutabilidade do vírus e suas consequências. A abordagem qualitativa baseia-se no modelo indutivo e aqui é fundamentada na fenomenologia do objeto desta pesquisa. Pesquisadores apontam a complexidade das pesquisas em turismo (MARUJO, 2013; MOESCH, 2002). Utilizamos da estratégia de pesquisa a partir do estudo de caso e a principal razão para a realização desta pesquisa quali- quantitativa é que este estudo é exploratório.

Em uma primeira etapa, por meio da pesquisa bibliográfica se obteve a fundamentação teórica, aliada à pesquisa documental e, no segundo instante, à de campo para obtenção de dados. A pesquisa realizada caracteriza-se ainda como um estudo de caso que buscou se aprofundar na investigação da localidade e de sua comunidade, a fim de discutir questões mais amplas.

A investigação qualitativa consistiu na estratégia de responder a questões sobre os moradores e determinado público visitante tendo uma qualidade descritiva de um recorte do fenômeno turístico.

Quanto a seus objetivos, esta pesquisa se dá como exploratória (LAKATOS, MARCONI, 2003), pois se buscou levantar informações sobre o objeto “Turismo em Pirenópolis a partir dos impactos da pandemia COVID-19”, delimitando assim um campo de trabalho e mapeio das condições de manifestação desse objeto.

A existência de fontes de evidência no estudo de caso se deve à combinação de métodos de coleta de dados, como referencial teórico, questionários e observações *in loco*.

O questionário aplicado tratou-se de um instrumento precioso para conhecimento interpessoal que facilitou a apreensão de fenômenos relacionáveis ao turismo em meio a pandemia em Pirenópolis, Goiás. Elementos de identificação das pessoas entrevistadas e de construção potencial do unido entrevistado, que imprime também a interpretação do entrevistador, de modo a conduzir uma visão fenomenológica e ontológica do turismo (MOESCH, 2002).

UNIDADE DE ANÁLISE, UNIVERSO E AMOSTRA

Pretendeu-se a partir da aplicação de questionários em razão de obter a impressão e opinião das pessoas entrevistadas, que dentro da localidade de Pirenópolis, Goiás, fosse possível apreender maior diversidade de olhares acerca dos impactos observáveis defronte a pandemia COVID-19, bem como as práticas turísticas que se esbarram em regulações sanitárias, decretos restritivos e adequações dos equipamentos voltados ao turismo na cidade.

O período das datas escolhidas para aplicação de questionários semiestruturado se deu no recorte temporal dos dias 01 de dezembro de 2020 até o dia 01 de março 2021, validando a alta temporada costumeira no verão, mas diante da exceção pandêmica de isolamento social e limitações determinadas pela governança, o destino Pirenópolis limita sua capacidade de carga validando-se de decretos e normativas sanitárias.

O universo da pesquisa no público-alvo de entrevistados limitou-se a aplicação *in loco* de questionário semiestruturado, impresso e respondido por turistas que visitaram o município no período compreendido entre a data 01 de dezembro de 2020 até o dia 01 de março de 2021, assim como moradores permanentes, empreendedores e colaboradores do trade turístico que trabalham diretamente com o

turismo na cidade e gestores públicos frente a pastas e secretarias de cultura, de turismo e de saúde.

Buscou-se que esta pesquisa fosse balizada pelas respostas das questões aplicadas aos turistas, aos moradores, empreendedores, comerciantes locais e gestores públicos, mulheres e homens de 18 a 85 anos. Estes sujeitos estiveram no escopo pretendido da pesquisa, através de questionários que são fontes de aproximação do olhar entre entrevistado e pesquisador (TURATO, 2003).

INSTRUMENTO DE COLETA

O instrumento utilizado para realização desta pesquisa foi um questionário previamente estruturado, com questões que mensuram o perfil sociodemográfico e questões que visam compreender a percepção dos entrevistados no destino Pirenópolis, Goiás em meio a pandemia COVID-19. Preferiu-se esta abordagem exploratória, na intencionalidade de captar melhor a percepção dos atores sociais atrelados às lógicas turísticas e locais da cidade.

TRATAMENTO DOS DADOS

A análise dos dados obtidos a partir desta pesquisa quali-quantitativa permitiu uma percepção mais profunda de uma realidade restrita ligada aos aspectos da territorialidade, infra estrutura receptiva de uma cidade destino turístico como Pirenópolis. A abordagem quali-quantitativa (BOENTE; BRAGA, 2014) organiza a análise de categorias das informações provenientes de questionários e da observação participante, para que seja recolhido os dados qualitativos, possibilitando reunir assim, os indicadores de análise do objeto de estudo (SEVERINO, 2017)

As respostas dos questionários trouxeram dados que viabilizaram quantificar e estabelecer, a partir da interpretação, as unidades de medida. Questões relacionadas às práticas turísticas foram direcionadas aos residentes e também aos visitantes.

Estabeleceu-se mensurar os questionários e converter os dados, diante os desafios da pesquisa, em tabulações ao longo deste trabalho.

1. PIRENÓPOLIS, O TURISMO E A PANDEMIA (COVID-19).

1.1. NOTAS GEOHISTÓRICAS DE PIRENÓPOLIS (GOIÁS) - DESTINO TURÍSTICO E INDUTOR.

“Depois de Goiás, é esta localidade a maior e mais povoada desta Capitania. Manuel Roiz Tomás, um dos paulistas que descobriram esta região, fundou-a há pouco mais de um século (1731), no ponto médio das então mais importantes e produtivas lavras de ouro. Recebeu seu nome, Meia Ponte, de dois troncos de árvores que no princípio serviam de ponte sobre o regato cheio. A cidade fica entre serras derivadas dos Montes Pireneus e duas colinas banhadas pelo Rio das Almas, que deságua, bem abaixo, no Rio Maranhão. A sua maior parte ocupa uma colina em cujo sopé fica, numa praça aberta e quadrada, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, exteriormente insignificante, porém espaçosa. A parte menor, que fica na colina oriental e termina na Igreja de Nossa Senhora do Bonfim, é atravessada por um riacho. Existem ainda no lugar várias igrejas, todas diminutas e um hospício dos Franciscanos do Santo Sepulcro de Jerusalém, habitado por um frade, que arrecada nesta capitania muitas esmolas piedosas para esta casa de caridade. Há longo tempo, porém, esta residência foi trocada pela de Traíras. Todas as ruas são retas e têm até passeios de xisto quartzífero. Das três ruas principais, uma é calçada. As casas são térreas, construídas de madeira e barro, caiadas e cobertas de telhas. Não se encontram aqui vidraças nas janelas, que, mesmo na igreja, são substituídas por pano de linho esticado. A cadeia é o único edifício assobradado.”
(Dr. Pohl em Pirenópolis, apud BERTRAN, 1995, p. 302)

A região que atualmente se localiza a cidade de Pirenópolis (O Planalto Central de altitude, Distrito Federal e adjacências), é uma das formações rochosas mais antigas do mundo, com cerca de 1 bilhão de anos, e é resultado de transformações que remontam 65-50 milhões de anos e que tomaram suas últimas formas num período geologicamente falando recente com cerca de 500 mil a 11 milhões de anos. No que se diz respeito a presença humana nessa região, muito ainda há de ser pesquisado, mas pode-se dizer com segurança que essa se encontra a pelo menos 12 mil anos (BERTRAN, 1995).

Pirenópolis é um município localizado na região Centro Oeste do Brasil, no Estado de Goiás e está dentro do ecossistema chamado de cerrado. Sua história se inicia com a fundação do pequeno arraial das Minas de Nossa Senhora do Rosário de Meia Ponte em 1727, que passou a ser invadida pelos colonizadores motivados pela exploração de metais preciosos (principalmente o garimpo de ouro), a frente dos primeiros colonizadores estava Manoel Rodrigues Tomás, chefe de um grupo de garimpeiros submetidos ao bandeirante Anhanguera e guiado por Urbano do Couto Menezes (BERTRAN, 1995).

O primeiro passo da ocupação foi a fundação de um arraial¹, sendo que o garimpo instalado se utilizava de trabalho escravo de negros e índios, o povoamento foi se dando de forma rápida graças ao rápido desenvolvimento econômico proporcionado pelo garimpo e que a muitos atraía e muitas construções rapidamente foram feitas ao redor da igreja Matriz até a construção das Igrejas do Bonfim e do Carmo (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019; MALULY, 2017).

Figura 1: Igreja Nossa Senhora do Rosário, Pirenópolis (GO) 1954



Fonte: IBGE (2020)

Neste primeiro momento destaca-se a horizontalidade da ocupação, determinados pelas necessidades e possibilidades territoriais, disponibilizadas pelas descobertas mineralógicas, isso não quer dizer que se pode isolá-las das determinações verticais, pois as bandeiras eram nutridas por interesses como o da Coroa, que munia os homens com a infraestrutura necessária para tais empreendimentos (MALULY, 2017).

Além do garimpo, a localização do então Arraial de Meia Ponte se tornou um fator relevante em seu desenvolvimento, pois proporcionou o desenvolvimento do comércio tropeiro, além do importante escoamento de metais preciosos oriundos de Cuiabá e Vila Boa em direção ao Rio de Janeiro que passavam pelo local (KILBERT, 2015). Segundo Maluly (2017), a localização territorial do arraial foi fundamental para sua elevação ao status de Vila, pois ao contrário da noção evolutiva, que vê no ordenamento objetivo as características que nomeariam o local como arraial, vila ou cidade considerando seu tamanho e povoamento, a localização e não outro motivo foi

¹ Um arraial de diferenciava de um simples acampamento, pois era considerada “formas instáveis mas abundantes de povoamento, largamente apoiados pelas Coroas no intento de povoar o território” (MALULY, 2017).

determinante na elevação jurídica do arraial para Vila de Meia Ponte. A criação de vilas atendia a preceitos políticos da coroa portuguesa que visava o maior controle do território e de suas riquezas como os metais preciosos (MALULY, 2017).

O garimpo de ouro foi a principal atividade econômica do distrito até a exaustão das jazidas no fim do século XVIII, e registrou seu auge durante os anos 1750, período marcado pela construção das principais edificações religiosas da região. Já no final do século fez-se sentir o impacto econômico devido à baixa no garimpo e muitos deixaram a região e quando os moradores remanescentes voltaram, modificaram suas atividades para a produção pecuária e agrícola (KILBERT, 2015; SANTOS, 2018).

No início do século XIX, o Arraial da Meia Ponte se mantém com a produção agrícola, atividade que teve entre seus principais fomentadores o Engenho da Fazenda São Joaquim, comandada pelo Comendador Joaquim Alves de Oliveira, que investiu na produção de açúcar e na exportação de algodão, ainda que utilizasse de mão de obra escrava. Segundo Kilbert (2015), os registros da época mostram que estes eram tratados com o mínimo de “humanidade” para os padrões da época.

A Fazenda São Joaquim, não foi só importante economicamente, mas cultural e politicamente. Foi durante o período de atividade política e cultural de seu proprietário² que o Arraial de Meia Ponte, foi elevado a título de Vila. A Vila de Meia Ponte era uma importante área de concentração cultural da região e, em 1853, é elevada à condição de cidade com a denominação de Meia Ponte, quando neste período “destacou-se como o berço da música goiana, graça ao surgimento de grandes maestros, bem como berço da imprensa em Goiás, já que ali nasceu o primeiro jornal do Centro Oeste, denominado Matutina Meiapontense” (GOIÁS, 2019, p. 05).

Conforme Santos (2018), a produção agrícola foi o carro chefe da economia depois do ciclo do ouro, até o fim do século XIX por volta de 1880, quando a cidade de Meia Ponte passa por um período de recessão econômica, onde fatores como a abolição dos escravos, a proclamação da república e especialmente pela mudança das rotas comerciais, que isolaram a cidade (KILBERT, 2015).

Ainda no século XIX, em 1890 a cidade recebeu o atual nome de Pirenópolis³, nome que se originou da serra que a cercava a Serra dos Pirineus. Já no início do século XX, na década de 30, segundo Kilbert (2015), aparecem os primeiros sinais de um reaquecimento na economia local, isto devido a construção de Goiânia, sendo

² É importante lembrar que a história não é feita por indivíduos isolados como durante tanto tempo se registrou na história tradicional, e sim por coletivos humanos compostos de trabalhadores, homens e mulheres de todas as idades e etnias.

³ Pelo Decreto Estadual n.º 18, de 27-02-1890, o município de Meia Ponte passou a denominar-se Pirenópolis (IBGE, 2020).

Pirenópolis uma fornecedora de quartzito micáceo. Além da região, Pirenópolis ficou “isolada” boa parte do século XX, para o Brasil e o mundo, quando foi “redescoberta” devido a construção da nova capital do Brasil, Brasília nos anos de 1960/70 (GOIAS, 2019; KILBERT, 2015).

A partir de então, segundo Kilbert (2015, p. 73):

Com a abertura de estradas como a Belém-Brasília e a Brasília-Cuiabá, que facilitaram a movimentação não só pelo interior do estado e da região, mas também ligando o às regiões norte e sul do país, o município até então com sua economia baseada na agricultura, e, tímida extração mineral, passa a dar início de forma veemente à atividade mineradora, no entanto, não aurífera, como a de outrora.

Logo após essa reabertura econômica promovida pela construção da Capital e da mineração, veio a etapa do turismo, que em um primeiro momento foi marcado pelas visitas de pessoas que passaram a conhecer a cidade através dos compradores do quartzito micáceo e moradores da região, que visitavam o centro histórico preservado dos tempos do garimpo de ouro e pelas recém “descobertas” das belezas naturais (rios, cachoeiras e parques de preservação ambiental), sendo hoje uma das principais atividades econômicas do município, atrás apenas da mineração da “Pedra-de-Pirenópolis” (KILBERT, 2015).

Atualmente Pirenópolis é considerada um dos 65 destinos indutores do Brasil, isso quer dizer que é um município que conta com infraestrutura para receber os turistas. Estes aspectos serão abordados com maior profundidade no tópico sobre a situação *geográfica turística* em Pirenópolis deste mesmo capítulo.

1.2. CIDADES DA PATRIMONIALIZAÇÃO GLOBAL E O TURISMO: CASO DE PIRENÓPOLIS.

Nesse tópico o objetivo é destacar a inserção de Pirenópolis no que Costa (2011; 2014) caracteriza como processo de *Patrimonialização Global* e sua relação com o turismo na cidade. Para início é necessário delinear os aspectos gerais do processo de *patrimonialização* para em seguida abordar os aspectos formais que incluem Pirenópolis como um município apto ao tombamento, finalizando com suas implicações no contraditório processo dialético⁴ “preservação” /mercantilização do patrimônio urbano material, natural, histórico e cultural na relação com o turismo.

⁴ Entendemos por dialética o movimento do real em sua totalidade (relação entre os diversos complexos sociais: economia, política, cultura, educação, direito, etc., em suas formas universais e particulares) com suas contradições e interesses de classes.

O processo de patrimonialização global começa a se formalizar nas primeiras décadas do século XX⁵ e depois da Segunda Guerra Mundial ganhando força a partir das décadas de 60/70, e se transforma em uma verdadeira política internacional e nacional (COSTA, 2014). O pós-guerra é um contexto perpassado de conflitos, crises econômicas e humanitárias, além de estar entrando em cena as questões ambientais. A Guerra do Vietnã, o Maio de 68 e a Guerra Fria, são também exemplos deste conturbado período. Neste sentido, o holocausto, por exemplo, os regimes ditatoriais (sobretudo os militares), faz “surgir” um sentimento coletivo de “preservação”, seja pelo dano causado aos bens materiais e humanos, bem como aos elementos culturais (memória), ora motivados por interesses humanitários que desejam que tais acontecimentos não se repitam (VALE, 2016), ora por interesse ideológicos, culturais e econômicos, como veremos adiante.

No plano socioeconômico, no fim dos anos 1960 e início dos 1970 (precisamente com a crise do petróleo em 1973), o capital⁶ está entrando em sua fase de crise estrutural⁷. Segundo Paniago (2018), esta crise se diferencia das demais pois o capital a partir de então não consegue crescer em sua totalidade, ativando assim o que Mézáros segundo Paniago (2018), chama de *produção destrutiva*, que em linhas gerais quer dizer que o capital encontra barreiras indissolúveis para sua reprodução⁸ e que para se reproduzir passa inclusive a destruir o próprio capital e inclui a retirada de direitos trabalhistas⁹, leis de proteção ambiental e toda forma de exploração humana e ambiental em escala sem precedentes.

Neste contexto, o capital busca novos mercados ou setores que antes estavam sobre a tutela do Estado, como a privatização da educação, da saúde, da segurança, da previdência, etc. além destes setores e devido as condições de desenvolvimento dos transportes, da comunicação e informação que aumentaram a possibilidade de deslocamento e o conhecimento rápido e disponível sobre os diversos lugares do mundo, permitiram a abertura de novos mercados como o turismo. Com o turismo e toda rede de serviços e produtos que a envolve se desenvolvendo, surge

⁵ O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (IPHAN, 2020): < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126/>>.

⁶ O capital é aqui entendido como uma relação social, onde a produção de mercadoria e o trabalho assalariado são o fundamento.

⁷ Antes deste período é a fase denominada por Mézáros de “Destruição produtiva”, ou seja apesar das crises o capital ainda conseguia voltar a gerar uma produção de riqueza crescente, por vezes maior que o antes da crise, já na fase estrutural essa retomada não é mais possível.

⁸ Para mais detalhes sobre os limites absolutos (o nacionalismo e a concorrência de mercado, a crise ambiental, a questão da mulher e o desemprego crônico), consultar a obra de Mézáros “Para além do capital” e do Brasil Paniago (2018).

⁹ Em algumas literaturas é chamado de período do “Neoliberalismo”.

concomitantemente o processo aqui chamado de *patrimonialização global* em estreita relação uma com a outra.

O processo chamado de *patrimonialização global* é universal, ou seja, ocorre em qualquer parte do mundo globalizado (ou mundanizado pelo capital), seja nos países de capitalismo avançado, ou de economia dependente. É importante destacar, como ressalta Costa (2014), que a conceitualização deste processo é uma tentativa de descrever teoricamente o objeto, que existe independente da justeza ou não da teoria, e enquanto tentativa de descrever um processo real nunca está fechado ou acabado, e principalmente se transforma, assim como o objeto. Como processo social e dialético, determina e é determinado por diversos fatores sociais, e condicionados a um contexto histórico definido. Segundo Costa (2011, p. 31), sobre o processo de patrimonialização global:

O primeiro e salutar ponto que destacamos diz respeito ao conceito que propomos de *patrimonialização global*, que definimos como sendo o *brusco movimento universal de espetacularização e banalização pela cenarização progressiva dos lugares promovido pela dialética Estado-mercado sobre a base das técnicas, da ciência e da informação; em síntese, é um processo de ressignificação dos lugares em escala planetária*. Há uma verdadeira corrida mundial das governanças urbanas e dos Estados para a inserção de bens culturais de medias e pequenas cidades antigas espalhadas pelo planeta, na rede internacional do turismo. São cidades que alcançam seu auge junto à estratégia do mercado ao serem contempladas com a chancela de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, tomando posição no *frenésié* da “guerra dos lugares” com a inserção na Lista do Patrimônio Mundial. [...] (Grifos do autor)

Estes pressupostos são importantes, porque, antes de querer exaurir o objeto, a intenção é descrever em linhas gerais a forma universal (a patrimonialização) e como se dá em suas particularidades (Pirenópolis - GO). A patrimonialização global é um processo que envolve a ressignificação de lugares de memória e da natureza, que visa interesses representados pelo Estado-mercado (verticalidades) e as populações locais (horizontalidades) e que, segundo Costa (2014, p. 243) “[...] a síntese desse processo reflete-se nas intervenções setorizadas que imprimem sua lógica no território (mediante a patrimonialização dos lugares, dos objetos e de tradições). E mais adiante o autor continua:

Encarar o ordenamento socioterritorial como produto de um movimento universal dialético dirige a análise para a interpretação da relação entre tal ordenamento e os dinamismos promovidos pela simbiose Estado-mercado. Aqui reside nosso esforço para a leitura dos lugares capitaneados pela patrimonialização global: inseridos em um contexto mais amplo, tais lugares passam a representar uma base material-simbólica interligada a uma estrutura de interações socioespaciais horizontais e verticais, nas quais relações sociais de

produção são formadoras de tais lugares e contingentes aos mesmos, na perspectiva da reprodução do capital. A análise deve ser a do lugar patrimonializado enquanto totalidade e inserido na “totalidade-mundo”; esse é um princípio da busca do “real” que enreda tais lugares por serem expressão *sui generis* da manifestação socioespacial da globalização (COSTA, 2014, p. 248).

Sendo assim, na perspectiva da patrimonialização global, enquanto processo universalizante do capital e na contraditória relação “preservação” e mercado, além de ter em mente as tendências gerais da patrimonialização é importante para a análise em questão a noção do processo que se estabelece enquanto *dialética da construção destrutiva*, que segundo Costa (2011, p. 43) significa:

[...] à contradição imperante entre a “preservação” e a mercantilização, a busca da democratização e da “elitização” do patrimônio urbano, de forma ampla, e das destinações turísticas, particularmente. A partir do conceito, podemos afirmar que o próprio conflito entre “preservação” e mercantilização, que é o princípio interno do ordenamento territorial das cidades-patrimônio, só se mantém com a permanente vitória da mercantilização, mas sem a banalização total da “preservação”, pois depende da mesma para se efetivar. Esse processo contraditório catalisa-se na corrida de encontro da cultura com a mercadoria, nas cidades, da “ascensão” dos centros frente a “precarização” das periferias, do erudito e do popular, do sagrado e do profano, do transitório e do permanente, do efêmero e do duradouro, da vida e da “morte” nos/dos lugares. É um processo de construção e desconstrução que se operacionaliza simultaneamente – *circunscrito por um movimento ininterrupto só entendido na relação entre a particularidade e universalidade das destinações turísticas* – na consagração dos bens naturais e culturais do mundo. (Grifos do autor).

Partindo destes pressupostos teórico-metodológicos, vejamos como Pirenópolis participa deste processo de patrimonialização global. Institucionalmente falando a história do tombamento de Pirenópolis começa com a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário em 1941 e se consolida em 1990 com o tombamento do chamado conjunto arquitetônico urbanístico, paisagístico e histórico (casarões, ruas e igrejas de arquitetura colonial), pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2020). Neste mesmo período a atividade turística cresce exponencialmente no município (SILVA; CURADO, 2016).

Levando em conta que o processo de patrimonialização global é universal em seu sentido amplo, pois abrange as necessidades de reprodução de um metabolismo social específico, o do capital, é de se esperar que dentro das singularidades presente no caso particular de Pirenópolis, ou seja, seus aspectos culturais e paisagísticos (urbano e natural), e suas horizontalidades estejam em sintonia, ou melhor, como não poderiam deixar de ser no mundo universalizado pelo capital, produtor e produto de

uma visão de mundo que define o que é importante de ser “preservado”, diante de uma diversidade de riqueza material e cultural única de cada lugar do globo.

Essa pretensa “preservação” de um patrimônio, ou do que é válido de ser preservado, tem na subjetividade, e em um sentido mais amplo na ideologia, um momento predominante¹⁰, pois:

Os usos estabelecidos nas cidades coloniais barrocas – cidades especiais –, sua conformação ou apropriação podem ser entendidos na perspectiva do materialismo dialético ao considerarmos que as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante, ou seja, a conformação vigente da cidade colonial, por exemplo é expressão singular da universalidade impressa pelas classes dominantes, a do dinheiro no território, cujo reflexo desse impasse são os antagonismos internos e externos, seus auge e declínios, suas tragédias e suas comédias, que aparecem simultaneamente nas cidades, representadas em sua estética e no imaginário coletivo. O patrimônio urbano está situado em um tempo aparential, em uma vida material e imaterial, no passado e no presente, com perspectivas de um futuro, isto é, em um *devenir* universal-particular, como tratamos em toda a tese. [...] (COSTA, 2011, p. 47-48).

É interessante notar, como justamente na sociedade onde o revolucionar dos meios de produção, da destruição, das intensas transformações formais e práticas do “mundo da informação”, se coloque a “preservação” como um dos objetivos. É com certeza uma sociedade contraditória, e o turismo é talvez um dos fenômenos mais aparentes desta contradição. Pois no processo de patrimonialização global a:

Nossa tese é a de que os lugares patrimonializados se universalizam e se decompõem, pois os mecanismos que servem à sua universalização (que catalisam o processo de patrimonialização, projetando-os globalmente) são os mesmos que os dividem, simultaneamente, o que favorece a fragmentação articulada do território e um imaginário coletivo distorcido sobre os sentidos destes mesmos lugares, quando as ações público-privadas convergem para áreas eleitas para a intervenção (COSTA, 2014, p.249).

Onde:

Temos, pois, no movimento global do processo de patrimonialização, a revalorização paisagística dos lugares. Translada-se a tradição, a história, a memória e a cultura para o presente, valoriza-se o passado na lógica do transitório, do imediato, do encantamento com o que é passageiro, leve e fluído. No contexto de uma *construção destrutiva*, temos a valorização cultural do dinheiro pela desvalorização moral e ética dos lugares da vida humana e da sobrevivência natural biológica (COSTA, 2011, p. 44).

¹⁰ No sentido de ser o complexo que mais tem influência, e nunca excluindo a participação de nenhum outro complexo, seja ele cultural, religioso, econômico, etc.

Nesse sentido, é possível dizer que a patrimonialização, dentro do contexto da *construção destrutiva* é o processo de transformação radical dos bens naturais e culturais, onde se vende desde “o paraíso natural terreno”, bem como as expressões culturais, como a Festa do Divino, e onde seus habitantes, às vezes em um curto período de tempo, como em Pirenópolis, devem se “adequar” as exigências vindas de fora. Para entender como este processo impacta cada território:

Convém estudar a estrutura dos territórios, as necessidades e os desejos dos que o habitam e dos que chegam, no intuito de visualizar as contradições que os produzem. A contradição entre “preservação” e mercantilização dos lugares ou dos objetos - que se valem da corrida de encontro da cultura com a mercadoria, dos centros e das periferias, do erudito e do popular, do sagrado e do profano, do transitório e do permanente, do efêmero e do duradouro, da vida e da morte nos/dos lugares - representa um processo que se operacionaliza simultânea e contraditoriamente (COSTA, 2011, p. 37.).

A “preservação” ditada pelas instituições de poder vem revestido do aparato ideológico colonizador (colonialidade do poder), isso quer dizer que o que visa ser “preservado”, a exemplo dos centros históricos barrocos, é a história dos vencedores apagando os sujeitos explorados (subalternizados) para a construção deste mesmo patrimônio (MESQUITA, 2020), inserindo sujeitos, territórios e tradições à lógica do capital. Um bom exemplo disso é o tombamento do Engenho da Fazenda São Joaquim em Pirenópolis, onde não só é destacada a “importância” do seu proprietário e de seus investimentos para o município, como ainda é “pintado” como uma pessoa boa pois trataria bem seus escravos, ou seja, “celebrando todas as suas conquistas enquanto oculta suas mazelas” (MESQUITA, 2020, p. 170). Nesse sentido:

O patrimônio cultural edificado ganha destaque nessa lógica, pois norteia investimentos nas áreas centrais (centros tradicionais) intencionalmente desassistidas das cidades; a sua revalorização se pauta na apreciação patrimonial e em arquétipos internacionais em contraponto ao consenso de perda de qualidade de vida urbana, degradação, sujeira, informalidade e insegurança, discursos estes criados e conduzidos pelo poder público e iniciativa privada (Sanchez, 2001; Alves, 2008; Costa, 2015)(MESQUITA, 2020, p. 171).

E completa a autora:

Apoiada em autoras como Sanchez (2001), Alves (2008) e também em Costa (2015), sintetizo que há uma manipulação de imagens e representações de cidade fomentadas e dissipadas pelos arquitetos do mundo, de modo a tornar a cultura e o patrimônio fatores centrais nas estratégias de transformação dos espaços urbanos. Esses fatores culminam na objetivação de um urbano específico, na

exclusão e subalternização de sujeitos, na restrição ou exclusivismo de usos do território e corroboram para a permanência da colonialidade do poder cristalizada no fato cidade (MESQUITA, 2020, p. 171-172).

É relevante destacar, mesmo que brevemente por conta dos limites de uma monografia, que o processo de patrimonialização global sendo um processo verticalizante, ele não ocorre sem a resistência dos sujeitos em seu território, ou seja, não é passivo desenvolvendo-se no processo de patrimônio-territorial que “Com base nos ensinamentos de Santos e Costa, entendemos que o lugar na qualidade de entre-dois [mundo e indivíduo] revela as experiências e o uso do território realizado pelo sujeito a partir da dimensão espacial do cotidiano, dimensão onde o patrimônio-territorial ganha corpo, material ou imaterialmente” (MESQUITA, 2020, p. 172).

Para Mejía (2018), entre as tensões provocadas pela globalização e seus processos, são evocados sentimentos de risco, perda e incertezas ou uma falta de identidade com a “comunidade humana” e sua história, gerando um processo de retorno aos locais considerados “separados” da agonia capitalista, gerando um complexo movimento que envolve a relação das populações locais com os indivíduos vindos não só em busca de lazer, mas que buscam nos locais como os aqui mencionados e alvo das tendências de patrimonialização, um local para recuperar sua “identidade” perdida, criando comunidades com uma cultura trazida de fora e incorporada em diversos graus pelos locais. Nas palavras do autor [...] “esses atos são visíveis no que poderia ser chamado de herança translocal; ou seja, a produção do patrimônio em um contexto ou espaço translocal, fora de seu local de origem, ocasionada pela mobilidade humana e suas práticas culturais” (MEJÍA, 2018, p. 76).

E neste processo dialético de *construção destrutiva*, ocorre a contradição entre preservação e mudança (destrutiva), pois os avanços da urbanização necessária para a “preservação” dos centros históricos por exemplo e os projetos de intervenção que visam a preservação e toda infraestrutura para o turismo acabam por acelerar a sua destruição do ponto de vista da originalidade (NEWBILL, 2019, p. 39). Sendo assim:

Os locais culturais, especialmente os locais do patrimônio mundial, tornaram-se objetos de consumo internacional e uma fonte de renda por meio da promoção do turismo patrimonial. Embora sejam inegáveis os aspectos positivos que o turismo pode trazer para essas áreas, também desencadeia uma série de situações que colocam em risco esses patrimônios.

Neste caso, podemos inferir que a prática turística na cidade, ocorreu a partir de uma demanda social típica da sociedade globalizada, que observou na atmosfera colonial da arquitetura e ruralidade (belezas naturais) na cidade de Pirenópolis algo

bucólico e cultural em certa medida atende aos pressupostos de um modelo universal a partir de suas particularidades e possibilidades.

1.3. PIRENÓPOLIS: REGIÃO DO OURO E ROTA DOS CRISTAIS – SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA.

O município de Pirenópolis está localizado na região central do Brasil, pertencente ao estado de Goiás. A cidade conta com uma população de mais de 23.006 pessoas segundo o Senso 2010, e possui uma área de 2.205,010 km², com altitude de 770 metros e o pico da Serra localiza-se a 1385 metros de altitude (IBGE, 2020).

Devido a uma formação geomorfológica acidentada, o município de Pirenópolis possui muitas quebras de relevo, que geraram dezenas de cachoeiras, que são um dos principais atrativos do município.

A leste do município, temos a borda de um planalto, o Planalto Central Brasileiro, com altitudes médias acima dos 1.000 metros nesta região, de vegetação campestre e rochosa e cujos rios compõem a Bacia Platina (do Paraná). A oeste temos uma extensa planície de altitude média de 700 metros, de vegetação mais densa e cujos rios compõem a Bacia do Tocantins-Araguaia. O rio das almas nasce na Serra dos Pireneus, corta a cidade de Pirenópolis e segue recebendo inúmeros córregos e ribeirões até se tornar um dos mais importantes rios desta bacia.

Pirenópolis é atualmente um conhecido destino turístico, mas como vimos em sua história não foi sempre assim. A formação geohistórica do Brasil, tem como uma de suas particularidades a vasta extensão territorial, e a distância espacial entre centros urbanos e as cidades do “interior” alimentaram por vezes uma dicotomia entre campo e cidade, ora uma supervalorização do campo, outra da cidade. Não descartando de forma nenhuma a importância dos centros urbanos na era contemporânea Alvarado e Costa (2019, p. 03), argumentam que “*la historia del territorio y el análisis concreto de lo empírico demuestran que la ciudad y el campo, lo urbano y lo rural, jamás se anularon, sino que se estimularon, se retroalimentaron y se redefinieron [...]*”, ou seja, não só estão em íntima relação como uma não poderia existir sem a outra. Se na história de sua interação existe mudança de sentido, de como se vê a cidade e o campo, isto se deve ao contexto sócio histórico e devem ser avaliadas de acordo seu conteúdo técnico-político (ALVARADO; COSTA, 2019).

Nesse sentido, a leitura da situação geográfica e turística de Pirenópolis parte dos pressupostos da geografia que para análise do fenômeno leva em consideração localização, distribuição, conexão, distância, delimitação e pela escala (e situação) da

manifestação, a partir de uma análise dialética, que leva em consideração o local (Pirenópolis), e suas interações com as áreas externas afetadas pela sua localização (universal e particular), e pôr fim a situação geográfica considera articulação e imbricação centro-periferia, dentro-fora, caracterizando o território na sua totalidade e a universalidade que a reproduz, pois esta localidade se conecta a outras influenciando e sendo influenciado por outras lógicas produtivas e culturais (ALVARADO; COSTA, 2019).

É importante destacar que no Brasil, bem como na América luso-espanhola a sociedade rural tem no fator econômico a força que a coloca como a “alma” da colônia, onde os oligarcas com suas riquezas traziam os costumes urbanos para o interior. Ademais durante o século XVIII e XIX a mineração de pedras preciosas fez eclodir o aparecimento de vilas que rapidamente se tornavam cidades devido a riqueza que atraía populações de diversos lugares, onde uma arquitetura colonial logo surgia como em Pirenópolis.

[...] Nas colônias luso-hispânicas, a exploração mineira gerou redes de aglomerados; estruturou e integrou o território a partir de uma intensa vida urbana em torno da extração e benefício de ouro, prata e diamante, mas essa produção dependia da oferta agrícola. Por um lado, a mineração colonial estimulou o modo de vida urbano no continente; por outro, as novas cidades absorveram as zonas rurais mostrando o seu desdém pelo campo e pelo migrante subjugado [...] (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019, p. 07).

O que vale assinalar é que o campo no Brasil é um território vivo do qual a cidade depende para sobreviver, literalmente, e esta dependência marca uma relação na qual o urbano e o rural coexistiam no início dos sítios mineiros. Nesse sentido a força do campo e a riqueza produzida pelas nascentes cidades mineiras modelaram e influenciaram a cultura e arquitetura destes locais, que por um desenvolvimento histórico econômico e social (declínio da mineração) e o deslocamento da economia para outras áreas como a indústria que se desenvolvia na região sudeste do Brasil, permitiu o núcleo histórico de Pirenópolis se manter com a aparência de uma cidade colonial.

Este contexto de “preservação” inconsciente do patrimônio histórico e natural do município permitiu se enquadrar nas necessidades de lazer gerados por um contexto onde o saudosismo virou mercadoria.

Sendo assim a situação geográfica e turística de Pirenópolis é marcada pelo contexto geográfico/histórico que lhe é particular e inserida na lógica de reprodução do

capital¹¹. Não podemos nos afastar destes pressupostos, pois na atual fase de globalização do capital, atividades como o turismo é fortemente influenciada pelas tendências de reprodução do capital, tanto em aspectos econômicos quanto ideológicos.

Nesse sentido o desenvolvimento do capitalismo no Brasil depois da Segunda Guerra tem influência determinante no aparecimento e desenvolvimento dos novos destinos turísticos e da relação campo-cidade, como pode ser bem observado no caso de Pirenópolis.

A inauguração de Brasília em 1960, acompanhada da modernização das infra-estruturas de transporte terrestre e aéreo, bem como o desenvolvimento agro-industrial da região Centro-Oeste do país, colocou Pirenópolis na zona de influência da nova capital brasileira (e da capital de Goiás: Goiânia), transformando a pequena cidade num dos mais importantes centros turísticos do estado [...] (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019, p. 8).

Este processo se deu por todo país onde se abriam novas estradas e se criavam novas cidades, a exemplo da construção da rodovia Belém-Brasília que lançou diversos municípios “esquecidos” no mapa brasileiro. Esse contexto geral, a particularidade de Pirenópolis e sua trajetória histórica, a insere como símbolo da formação de terras urbanas-rurais brasileiras, que levou em 1990 o IPHAN a decretar proteção do perímetro correspondente ao antigo núcleo como um complexo arquitetônico, urbano, paisagístico e histórico.

Este decreto não por acaso serve já as tendências mundiais ideológicas do que deve ser preservado, inserindo o município dentro dos interesses do mundo globalizado. Nesse sentido coloca Baños (2020, p. 62):

As cidades enfrentam intensos processos de transformação em escala planetária. Destes, os destinos turísticos assumem muitas das tensões associadas às práticas extrativistas de bens comuns, como o patrimônio cultural, que parece condenado a servir como objeto de consumo e entretenimento ou a fortalecer o discurso nacionalista, deixando de lado sua capacidade de reflexão sobre o presente e o futuro. O dinamismo e a flexibilidade da sociedade atual podem acelerar essas tendências e reduzir o significado das expressões culturais a mercadorias com pouco significado humano (Tradução nossa).

Nestas condições gerais, as imposições dos padrões sobre o que é cultura e o que “patrimônio natural” e de como tratá-los impactam diretamente redefinindo o território em sua totalidade. As horizontalidades presentes no caso de Pirenópolis

¹¹ Levando em conta que a colonização das américas já fazia parte do que Marx (1996), chamava de acumulação primitiva de capital, se integrando na fase mercantil de acumulação do capital.

também o são. As manifestações culturais principalmente são remodeladas, adaptadas, mesmo que estas nunca foram estanques, mas desenvolviam e se modificavam de acordo o tempo das territorialidades antes “fora da globalização”.

As características de Pirenópolis que a permitiram ser “alvo” da patrimonialização global, longe de serem exclusivas são justamente o que fazem parte daquela busca citada por Mejía (2018), na busca de uma “identidade perdida”. O que nos importa, é que nessa busca, os indivíduos que buscam estes locais se inserem no território e passam a fazer parte deste, “forçando” as horizontalidades e suas singularidades a se modificarem também.

Muitas destas horizontalidades podem ser expressas como as *ambiências* de Yazigi (2019), expressões culturais que por vezes são de matrizes nativas, diante do processo de patrimonialização são “vistas” pelo capital como fonte geradoras de lucro e não respeitam nenhum local de consagração social e “sim, chegam mesmo a fabricar áreas semipúblicas de lazer onde o lucro é que dita os usos compatíveis” (YAZIGI, 2019, p. 06).

Tanto as observações de Mejía (2018), como as de Yazigi (2019) e Baños (2020) são pertinentes para analisar o caso de Pirenópolis pois o movimento dialético e contraditório da patrimonialização global impõe em linhas gerais estes desdobramentos e conflitos nas cidades escolhidas como destinos de “preservação cultural e natural”. Transformando Pirenópolis em uma mescla dos anseios de prosperidade, via o crescimento econômico proporcionado pelo turismo, para muitos de seus moradores e a busca dos que vem de fora, por seu paraíso terreno, para morar ou fonte de um novo negócio, ou mesmo a busca pelo lazer despreocupado, que exige infraestrutura a todo momento, modificando tudo no território.

Inserida no contexto do turismo e da patrimonialização global, voltando a Alvarado-Sizzo e Costa (2019, p. 08), o processo de patrimonialização intensifica o turismo na cidade, o aumento desta prática e suas implicações culturais-econômicas e sociais é o que produz, segundo os autores, a situação turística geográfica de Pirenópolis “[...]uma noção aqui definida como um palimpsesto de escalas territoriais sobrepostas que revela a ligação de ideias, imagens, experiências, capitais e objetos geográficos técnicos, para o desenvolvimento da atividade ou fenômeno [...]”.

A análise da situação geográfica e turística de Pirenópolis feita por Alvarado-Sizzo e Costa (2019, p. 08), leva em consideração principalmente a simbiose rural-urbana, a essência principal de Pirenópolis que atrai turistas que buscam recreação rural e serviços urbanos num ambiente metropolitano cheio de ruralidade. Para os autores, “em suma, o mapeamento sintético da análise empírico-teórica realizada

nesta investigação procura demonstrar o atrito, a tensão, a simbiose do rural-urbano gerada pelo turismo nas pequenas cidades latino-americanas.”

Levando em consideração a grande importância que o turismo tem para o município, na atualidade, Alvarado-Sizzo e Costa (2019) destacam que a situação geográfica e turística de Pirenópolis se pauta em alguns pontos: primeiro e comum a muitos centros turísticos é a transformação do centro e entorno em área comercial para atendimento dos turistas (restaurantes, bares, galerias, lembranças, produtos locais, agências de turismo, etc.), que em Pirenópolis se concentra na Rua do Lazer, Rua do Bonfim e Rua Rui Barbosa, que promove a contradição entre revitalização e preservação através da mutação; um segundo ponto é que a expansão turística promove uma inversão nas áreas que eram para habitação e passam a ser cada vez mais para o comércio como restaurantes, onde os proprietários vendem, alugam e mudam para outros bairros; terceiro: os eixos de expansão territorial-local do turismo que transformam o território ao ampliar a área “urbana” com a criação de hotéis e pousadas, por exemplo em locais mais afastados do centro; Dois centros urbanos desiguais e combinados, área turística que atende os turistas concentrados pela Rua do Lazer, com os melhores acessos aos pontos turísticos naturais e o centro popular, e beneficiada pelo desenvolvimento turístico, que é o caso das estradas que chegam ou partem do núcleo histórico principal (ápice formado pelas igrejas do Rosário, do Bonfim e do Carmo), os autores lembram que as centralidades não estão separadas e se interagem apesar de manter suas funções específicas e dependendo do dia se é meio ou fim de semana; o quinto ponto, é que a fricção urbano-rural diz respeito aos aspectos estéticos e ideológicos que se relacionam ao formar em Pirenópolis aquela imagem de lugar idealizado, pequena cidade, com a “natureza” e o campo. “A tensão urbano-rural ocorre na dimensão da virtualidade ou simulação dessa relação, na esfera do destino, que o turista comporta-se e projeta.”, e se concretiza na presença do turista e sua vivência e participação em expressões culturais como a Festa do Divino (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019, p. 12); o sexto ponto é sobre a patrimonialização “que sugere que os caminhos do prazer estético são imprevisíveis e não passam necessariamente pelo enraizamento local”, ou seja, que as representações estéticas pautadas por exemplo nos centros históricos destas cidades devem ser encaradas além da aparência para se decifrar ou captar a relação recíproca entre rural-urbano, a fim de entendermos que não existe separação entre ambos e que a cultura do território é modificada pelo seu modo de vida - e se seu modo de vida, assim, é baseado no turismo, as representações estéticas ou ideológicas também vão ser influenciadas por tal atividade -; e por fim o sétimo ponto que não mais é que a realidade do território de Pirenópolis transformada pelo turismo “O crescimento do

setor dos serviços associado ao turismo transformou a função do centro histórico e a estrutura socioeconômica urbano-rural” (ALVARADO-SIZZO; COSTA, 2019, p. 12).

Todos estes pontos podem ser lidos no contexto da já comentada dialética da construção destrutiva promovida pela patrimonialização global e pelo turismo. A situação geográfica e turística de Pirenópolis é marcada por essa rápida transformação estrutural e ideológica que longe de cristalizar o território em um tempo, acaba por lançá-lo de vez no giro transformador ininterrupto da sociedade globalizada.

2. PANDEMIA E COVID-19: IMPACTOS AO TURISMO.

2.1. TURISMO, MEIO AMBIENTE E SAÚDE NA CONTEMPORANEIDADE.

Antes de destacarmos a relação entre turismo, saúde e meio ambiente é importante para o presente trabalho que se reforce, de forma geral, qual a concepção de turismo na qual se pauta o estudo em tela.

O turismo é uma relação social, e nesse sentido quer dizer que é um fenômeno humano e que emerge de um contexto social e histórico específico, qual seja, o capitalismo. Como coloca Kilbert (2015), por ser uma prática social recente, que remete aos anos 1960, sua formulação epistemológica é por vezes superficial e não ultrapassa a aparência do fenômeno.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), classifica o turismo como uma atividade econômica do setor de serviços (OMT, 2020). Para a agência, “o turismo tornou-se um dos principais protagonistas do comércio internacional”, circunscrevendo o mesmo somente como serviço. Esta redução implica não só no desconhecimento da abrangência do fenômeno, mas principalmente no desconhecimento dos impactos sociais.

Pakman (2014), diz que como objeto de estudo, o turismo é ainda um desafio para estudiosos que partem do questionamento quanto se possa ou não existir uma área do conhecimento específica do turismo, e acrescenta que a caracterização do turismo da OMT “[...] encerra armadilhas com resultados nocivos à constituição do turismo como ciência, porque induz ao engano de deturpar o objeto do Turismo.” (PAKMAN, 2014, p. 04).

O turismo, visto restritamente da ótica comercial, ignora os diversos aspectos sociais e também outros importantes aspectos econômicos. Por não se tratar de ramos industriais e agrícolas, se “esquece” que é um setor produtor de mercadorias para o corpo e para o “espírito”, como comidas e apresentações artísticas, por

exemplo. Significa relação social complexa que não se resume a uma atividade econômica estrita, apesar de seus “produtos”.

A complexidade do turismo requer o ordenamento de diversos setores e atores sociais, econômicos e políticos. Segundo Mecca e Gedoz (2020), o turismo envolve cultural, socioeconômica e ambientalmente o turista e a comunidade local. Envolve infraestrutura no setor e políticas públicas. É sim o turismo também uma atividade econômica, e como destaca a OMT (2020), chega a transitar em números comparáveis ao do petróleo, alimentação e automóveis, mas não se reduz a isso.

Partindo do pressuposto dialético de totalidade (preocupação da geografia crítica vinculada ao espaço), o turismo enquanto atividade humana que envolve diversos setores, está intimamente relacionado as transformações socioeconômicas e culturais provocadas pelo sistema do capital, suas políticas e ideologias. E a partir de certas (verticalidades)¹², suas relações se fazem com as particularidades nacionais, regionais e locais (horizontalidades), e, como não podia deixar de ser, também com a saúde, com o meio ambiente e demais complexos sociais.

No que se refere à relação do turismo com a natureza, e enquanto fenômeno social, relacionado ao lazer, se revela em diversas formas como a busca por locais “preservados” ou “recuperados” da ação humana, que incluam esteticamente o que é considerado belo, como cachoeiras, vales, rios, cachoeiras, ilhas, parques de preservação ecológica, para pratica de esportes “radicais”, entre outros. Este tipo de atração vem crescendo e faz parte de uma tendência desde o início da pratica turística, que envolve destinos geralmente situados em cidades do interior, onde se encontra áreas de preservação ambiental da fauna e flora (ALVES, 2018).

Esta busca por “espaços naturais” não é por acaso e como bem ressalta Alves (2018), faz parte de um fenômeno mais amplo que é a globalização, fenômeno este marcado pela totalidade social, ou seja, se expressando em níveis ideológicos, morais, éticos, econômicos as necessidades de reprodução do capital. Sendo assim as transformações ocorridas neste processo de globalização e ampliação das contradições sociais impactam e afetam inclusive a relação sociedade-natureza.

Neste sentido, Alves (2018) chama a atenção não só para o caráter de mercadorias dos “espaços naturais”, mas também para os efeitos ideológicos que romantizam a natureza e tais lugares como intocados e intocáveis, mas que fetichizadas são encaradas como desprovidas das relações sociais e da intervenção

¹² Os conceitos de Verticalidade e Horizontalidade são aqui empregados como em Costa (2011, 2014), que por sua vez, se fundamenta em Milton Santos em “A Natureza do Espaço”.

humana, aumentando o nível de alienação do ser humano a respeito de si e da sociedade.

Portanto, tal processo pode ser entendido como um evento que ganha força na contemporaneidade e que se manifesta não apenas no campo econômico e político da sociedade, mas, sobretudo, no campo cultural e ambiental, através de seus aparatos técnico, científico e informacional – parafraseando Milton Santos. Contribuem para a transformação da cultura e da própria natureza, tornando-as novos gêneros de mercadoria, com fins de atender às atuais exigências do mercado globalizado (ALVES, 2018).

Na mesma perspectiva Luchiari (2000), aponta este fenômeno de romantização dos “espaços naturais” como a mitificação destes territórios, um processo de valorização estética das paisagens naturais que tem acelerado o processo de produção de paisagens que “transformou-se no mito que o mercado turístico vende, as cidades incorporam e os diferentes grupos sociais consomem” (LUCHIARI, 2000, p. 37).

Dentro desta tendência de busca ao “mundo natural” como produto do turismo, se destaca duas expressões abordadas por Luchiari (2000), os *enclaves turísticos* que são a criação de roteiros de luxo com hotéis/pousadas e ou *risorts* geralmente em países de economia dependente como o Brasil, que buscam locais naturais preservados e com roteiros pré-programados e acessível somente para uma classe abastada e em sua maioria estrangeiros. Neste processo as territorialidades são alienadas dos habitantes locais, em nome da “preservação” do meio ambiente e em troca de infraestrutura oferecida pelas iniciativas privadas.

O que ocorre nestes casos é que áreas que antes serviam de subsistência para os moradores nativos são apropriadas por estes empreendimentos, sendo que “a mitificação dos lugares para a implantação de enclaves turísticos de apelo internacional, em regiões que ainda possuem ecossistemas naturais preservados e populações naturais vivendo no limite da subsistência, ‘rouba’ destas o seu último recurso” (LUCHIARI, 2000, p. 38)., gerando um processo de segregação ocasionada pelo desenvolvimento do Turismo.

A outra expressão da atividade turística com base na natureza e na *Mitificação dos Lugares* apontadas pela autora, se resume em uma ideologia que os lugares com áreas de preservação naturais, como áreas verdes, serras, planícies, vales, ou litorais são portadores de uma qualidade de vida superior do que a das cidades, isso impulsionou um movimento que “ao revalorizarem a natureza para o lazer, para o turismo ou para implantarem as suas segundas residências, as elites sociais têm tomado para si o papel de guardiãs da natureza, ou das áreas de proteção ambiental” (LUCHIARI, 2000, p. 39).

Este processo leva as mesmas contradições que o primeiro, a segregação social, pois são áreas restritas provocando uma urbanização turística ditada por verticalidades, que ao buscarem o “rústico” e “natural” promovem uma urbanização que atendam seus interesses e que apesar dos aspectos positivos (se é que pode falar assim, empregos, empreendimentos, etc.), acaba por introduzir nos lugares escolhidos, através de “infraestrutura” para o turismo, um ambiente alheio a comunidade local. Esse movimento faz com que o turista supere o estranhamento ao meio social e natural local, seja com aquele Café, Pub ou restaurante de comida de fora, só para citar alguns exemplos (LUCHIARI, 2000).

Como pode-se desprender das observações feitas, o turismo e sua relação com o meio ambiente é complexa pois envolve diversos fatores sociais, atores e a dialética entre as horizontalidades e as verticalidades relativas a cada território. A mercantilização da “natureza”, a contradição entre preservação e transformação, e sua face excludente é só mais um dos aspectos desta relação. Pode-se ver em Costa *et al.* (2015) o importante debate sobre a socialização da natureza ou realização social da natureza pelo turismo, aplicado à realidade brasileira.

Os fluxos colocados em ação pela atividade turística, quer seja de pessoas ou de capitais, transforma os lugares patrimonializados. Fluxos estes que são sensíveis às oscilações de mercado, por exemplo, mas que se mostrou “totalmente a mercê” do fator saúde diante da atual pandemia de Covid-19, abordaremos a seguir a relação entre turismo e saúde em seus aspectos gerais e relacionados à pandemia.

2.1.1 TURISMO, SAÚDE E COVID-19

A relação entre turismo e saúde tem uma área analítica: a saúde do viajante. Segundo Matos e Barcellos (2010, p. 128), esta área “trata dos riscos, individuais e coletivos, ocasionados pela movimentação de pessoas e por sua interação com diversos ambientes”. Apesar de se tratar de uma área que cobre mais que turistas, é notável o número crescente de turistas e viajantes em todo o mundo, e a diversidade cultural e geográfica de cada viajante torna o tema da saúde em viagens um desafio para os sistemas de saúde (MATOS; BARCELLOS, 2010).

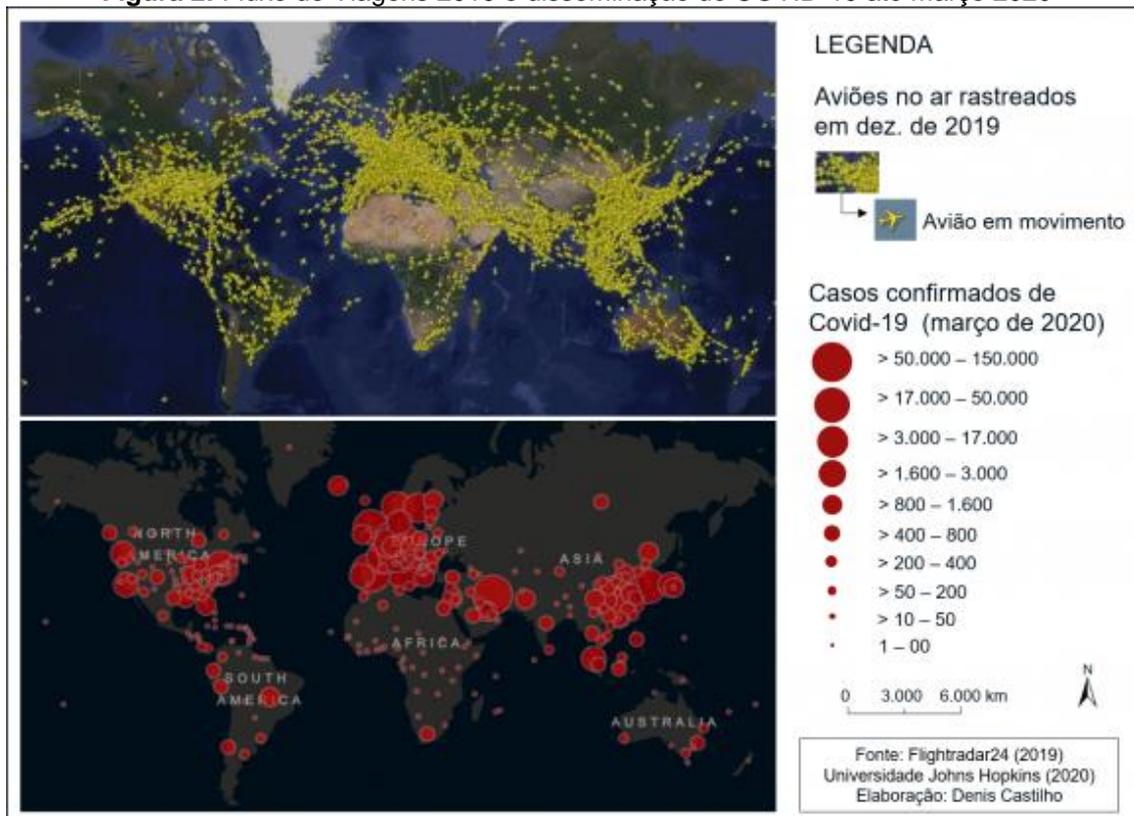
Antes de 2020, as principais questões em relação ao turismo e saúde eram problemas que poderíamos chamar de “locais”, como por exemplo, as picadas de insetos transmissores de doenças como a malária, ou então problemas relacionados a água e comida contaminada era uma das principais preocupações de saúde dos turistas (MATOS; BARCELOS, 2010).

Essa visão local dos problemas de saúde e turismo começa a mudar a partir da pandemia de influenza A (H1N1), que demanda abordar questões relacionadas às ações de quarentena e isolamento, utilizando-se de vigilância e controle das fronteiras, visando não mais a proteção do turista e sim do território (MATOS; BARCELOS, 2010).

A atual pandemia causada pelo novo coronavírus (COVID-19) nos mostra como o mundo está ligado por uma interdependência de todos os setores ou complexos sociais, e a rápida propagação do vírus mostra isso, colocando em “cheque” diversos setores da economia e da vida social. A fragilidade do sistema capitalista é visível por suas sucessivas crises econômicas, humanitárias (guerras) e se mostra também em crises de saúde como a atual. A interligação é tamanha que inclusive a produção de medicamentos depende que os fluxos da produção globalizada não sejam interrompidos “basta uma das usinas fechar para que toda a cadeia, até chegar ao doente, seja interrompida e provoque danos” (MELLO-THÉRY; HERVÉ THÉRY, 2020, p. 03).

A expansão do COVID-19 até chegar a se tornar uma pandemia foi muito rápida e intensa, e sua disseminação está intimamente correlacionada com os fluxos de viagens, sejam de turistas ou profissionais, migrantes, refugiados, soldados, voluntários etc. Segundo Castilho (2020), em uma imagem que juntou os mapas de fluxo aéreo de 2019 e os casos de COVID-19 confirmados até março de 2020, nos apresenta um panorama de como o fluxo de viagem e de disseminação estão intimamente ligados, mostrando o aspecto urbano da doença (Figura 2).

Figura 2: Fluxo de Viagens 2019 e disseminação do COVID-19 até março 2020



Fonte: Castilho (2020)

De acordo Castilho (2020), a principal diferença da pandemia do COVID-19 em comparação com as que surgiram na China em 2002 (SARS-CoV) e no México em 2009 (gripe H1N1), é a combinação de uma rápida expansão e um acesso fácil a diferentes pontos do globo, que pode estar relacionado a posição atual da china na economia mundial e sua interligação com mercado mundial.

O atual estágio da globalização tem como uma de suas características a rápida expansão, seja dos desenvolvimentos tecnológicos ou de suas contradições e, nesse sentido, o COVID -19 representa uma ameaça à saúde em escala global, pois sua expansão se dá concomitante os fluxos da sociedade contemporânea. A velocidade do contágio pelo COVID -19 impactou diretamente o turismo, pois:

O Turismo, mais do que qualquer outro setor da economia, apresenta uma característica de extrema sensibilidade a toda a alteração situacional, sendo extremamente retrátil a oscilações de taxa de câmbio, flutuações sazonais da demanda, riscos meteorológicos, geológicos, convulsões sociais, instabilidade política, terrorismo e riscos epidêmicos e pandêmicos que comprometam a saúde pública, como o recente surto do COVID-19. O tráfego turístico mundial já enfrentou, num passado não muito distante, a epidemia da SARS - também conhecida por Gripe Asiática - com uma discreta retração, porém nada semelhante ao que estamos enfrentando no presente (BENI, 2020, p. 03).

Sendo assim, o turismo é uma atividade sensível às transformações sociais e o atual quadro do turismo, diante da pandemia do COVID -19, já o demonstram. Segundo Sá (2020), quanto às pandemias, além do impacto à saúde geral da população e à consequente e trágica morte de milhares pessoas, provocam mudanças socioeconômicas. O autor argumenta que devido a pandemia, o turismo já está em fase de alteração e estudos preveem uma nova fase do turismo durante e pós epidemia, centrada nas viagens locais, ainda de acordo com Sá, além do turismo ser um dos setores economicamente mais afetados, é provável que esta atividade possa ser também um dos agentes responsáveis pela propagação da pandemia (SÁ, 2020).

É válido ressaltar que a relação entre turismo e saúde não deve ser pautada em uma visão dicotômica, ou seja, ou como responsabilidade do turista ou uma visão do turista enquanto vítima passiva. O turismo enquanto atividade humana envolve a totalidade social e não deve ser abordada fora desta. A saúde e o turismo devem ser encarados de forma dialética como propõe a geografia da saúde “que se preocupa com as formas do comportamento humano no seu contexto cultural e socioeconômico e com a interação com o ambiente para produzir ou prevenir doenças” (MATOS; BARCELOS, 2010, p. 132).

2.2 PROTOCOLOS E MEDIDAS DE COMBATE AO COVID-19 SEGUNDO AS AGENCIAS INTERNACIONAIS E NACIONAIS.

Como ocorre na sociedade moderna, em casos de ameaça à saúde por um vírus como o COVID -19, a sociedade civil com base na experiência de outras pandemias, executa protocolos de combate e prevenção que são orientados por organismos internacionais como a Organização Mundial da Saúde (OMS), ou pelos governos de cada país, e suas mais variadas instâncias.

Desde o início da pandemia, em março de 2020, uma série de protocolos foram adotados pelas mais diversas instâncias de poder.

2.2.1 Organização Mundial de Saúde (OMS)

A Organização Mundial de Saúde (OMS), é o principal organismo internacional sobre saúde. Criada em 7 de abril de 1948, a OMS tem como objetivo promover a saúde durante todo o ciclo de vida das pessoas nas mais diversas frentes como os riscos ambientais, os determinantes sociais da saúde, bem como gênero, equidade e direitos humanos. Ajuda países na formulação de políticas nacionais e universais de acesso à saúde, com parceiros públicos e privados (OMS, 2020).

No caso de pandemias como a do COVID-19, a OMS (2020):

Durante as emergências, o papel operacional da OMS consiste, entre outras atividades, em dirigir e coordenar a resposta à saúde em apoio aos países, conduzir avaliações de risco, determinar prioridades e estabelecer estratégias, fornecer orientação técnica, suprimentos e recursos financeiros essenciais, bem como supervisionar a situação de saúde. A OMS também ajuda os países a fortalecerem suas capacidades básicas de gestão de risco em emergências, para prevenção, preparação, resposta e recuperação de emergências devido a riscos que representam uma ameaça à segurança da saúde humana.

Desde a detecção do COVID -19, a OMS iniciou os protocolos de combate ao vírus. Segundo a OMS (2020):

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia.

Apesar da OMS ter anunciado o Cvid-19 como caso de emergência na saúde, em janeiro de 2020, foi somente em 11 de março de 2020 que o órgão declarou a questão como pandemia, devido ao crescente número de contágios e óbitos fora da China. Segundo Farias (2020), a definição de pandemia não é determinada por um número de casos, mas sim pela sua abrangência pelo mundo, sendo que a OMS só utiliza o termo em casos especiais para não causar pânico ou sensação de impotência. “A pandemia acontece quando uma doença causada por novos patógenos ou vírus (epidemia) transcende as fronteiras do país, e contamina pessoas em outros países e continentes que ainda não são imunes a essa” (OLIVEIRA NETO; GARCIA; SPINUSSI, 2020, p. 01).

A principal medida de combate à pandemia orientada pela OMS foi o distanciamento social, orientando que as pessoas não saíssem de casa. Esta medida foi adotada em níveis diferentes de acordo com o país e ou setor.

No Brasil, as ações da OMS são realizadas através da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) que atua como escritório regional. Em 03 de abril de 2020 a OPAS e a OMS lançam o documento “Considerações Sobre Medidas de Distanciamento Social e Medidas Relacionadas Com as Viagens no Contexto da Resposta à Pandemia de COVID -19”, que versa sobre as medidas não farmacológicas, ou seja, protocolos de prevenção pessoal, medidas ambientais,

medidas de distanciamento social e medidas relacionadas com as viagens (OPAS, 2020).

No Brasil somente no dia 4 de fevereiro foi declarado estado de emergência, mas as medidas de combate ao COVID -19 foram sendo tomadas de forma isolada sem uma articulação nacional e com um claro e difundido descaso do governo, segundo a mídia nacional. A exemplo o estado do Rio de Janeiro que através de decretos estaduais que impediam o transporte de passageiros, por terra e ar, entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e Distrito Federal e da capital (Rio de Janeiro), e os municípios da região metropolitana (e destes com o interior), além de proibir o desembarque por passageiros nos aeroportos, proibiu também a atracação de navios de cruzeiro de estados e países com casos confirmados do vírus (FARIAS, 2020).

Estes tipos de medidas foram seguidos por outros estados brasileiros, incluído o fechamento dos comércios, o que contrariou o Governo Federal (que estimula o uso de medicamentos não ratificados pela ciência, inclusive), mas que neste primeiro momento da pandemia foi realizado, mesmo que durante pouco tempo, em todo país. Mas a reabertura dos comércios ocorreu logo nos primeiros meses da pandemia sendo que alguns setores nunca pararam, mesmo contra todas as recomendações da OMS e até mesmo do próprio Ministro da Saúde à época, Sr. Luiz Henrique Mandetta (FARIAS, 2020).

Matos e Barcelos (2010) colocam que para a OMS a questão da saúde do turista deveria ser de responsabilidade tríplice: dos governos (setor de saúde), do setor de turismo e do turista que deveria procurar informações sobre o local que venha visitar. Mas devemos ressaltar que as principais medidas de combate ao COVID -19 vão de encontro aos interesses reprodutivos do capital, tornando o controle da Pandemia um desafio não só par a OMS, mas para qualquer indivíduo ou organização seriamente preocupado coma questão.

2.2.2 Organização Mundial do Turismo.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), é uma agencia especializada que surgiu da antiga União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens (IUOTO), criada em 1925. Inicialmente ela congregava diversas organizações privadas e governamentais de turismo, sendo que, a partir de 2003, passou a fazer parte das Nações Unidas e que “tem a missão de promover o turismo responsável, sustentável e universalmente acessível” (OMT, 2020).

Como uma agência subordinada a Organização da Nações Unidas, é uma instituição internacional que é considerada em suas próprias palavras “a principal organização internacional na área do turismo”. Como uma agência internacional que age com aval do capital, suas políticas e diretrizes, assim como de outras agências internacionais, tem grande impacto no turismo, como por exemplo na imposição dos destinos turísticos, segundo interesses econômicos e ideológicos, e em momentos como o atual de crise na área da saúde devido ao COVID -19, impondo de forma verticalizante as medidas que devem ser adotadas em todo o mundo.

É importante lembrar, que as relações sociais numa sociedade de classes, e principalmente numa sociedade de tal grau de complexidade como a capitalista, as contradições permeiam todos os complexos sociais, e por mais que a OMT tenha objetivos humanitários, estes se esbarram nos limites do capital. Isto é relevante, porque como veremos, as políticas destas instituições estão em sintonia com agências do grande capital, e as localidades como Pirenópolis (objeto deste estudo), sequer são lembradas na hora de decidir tais políticas, por isso são instituições que verticalizam suas propostas e ações, que impõem em última instância os interesses reprodutivos do capital.

Segundo a OMT, o surto global de COVID-19 promoveu a interrupção de diversos setores, sendo o turismo o mais atingido (OMT, 2020). Diante deste contexto, ao longo do ano, desde o início da pandemia diversas políticas e medidas foram adotadas pela agência, que em primeiro lugar subordinou as ações aos protocolos da OMS para “assegurar, juntamente com a OMS, que as medidas de saúde sejam implementadas, garantindo que o impacto desnecessário nas viagens e comércio internacionais seja minimizado” (OMT, 2020).

Nesse sentido, uma das primeiras medidas seja da OMS ou da OMT que impactaram diretamente o turismo foi a suspensão das viagens. Esta ação por si só, já causou um impacto profundo na questão econômica, e em maio de 2020 a preocupação da agência em reestabelecer as viagens já eram motivo de discussão na OMT. Em matéria “UNWTO apresenta suas diretrizes globais para reabrir o turismo” (OMT, 2020). Apesar do discurso humanitário oferecido nos textos do site, a preocupação econômica é gritante em todas as linhas.

Para Mecca e Gedoz (2020), a suspensão de viagens e o fechamento de fronteiras impactam diretamente o turismo chegando a ser inviável em alguns níveis. Mesmo em turismo regionais, a orientação foi a suspensão de todo tipo de viagem não só aérea, mas de viagens intermunicipais e interestaduais de ônibus, e mesmo os residentes de destinos turísticos não “podem” frequentar áreas de lazer por causa dos riscos de contágio.

Mesmo com estas medidas sabemos que o fluxo de pessoas não pode parar, a custo da própria vida, nesse sentido o vírus não “obedece” a fronteiras nem decretos e estes tipos de medidas só são uma parte do que deveria ser feito segundo a OMS.

Segundo Oliveira Netto, Garcia e Spinussi (2020, p. 03.), a ação política de fechamento total ou parcial de fronteiras afetam toda a malha social, limitando as interações espaciais e sociais, ou até mesmo interrompendo certas atividades, afetando profundamente a dinâmica das relações sócias econômicas transfronteiriças como o turismo, e a nível regional e nacional acabam por impactar “a vida das pessoas que trabalham, estudam, compram e/ou turistas, afetando todos os setores da economia, da sociedade e da política, tanto do país que restringe o fluxo de entrada/saída para dentro do seu território, bem como daquele país ‘penalizado”.

Ainda que o turismo não seja uma atividade exclusivamente econômica, o seu conteúdo econômico é supervalorizado por se tratar da sociedade capitalista, e nesse sentido falar de pandemia é falar de impactos econômicos, que por sua vez refletem no turismo, como já comentado. Países como o Brasil (economia dependente) não são capazes de lidar com a dupla crise: econômica e de saúde ficando à mercê da ajuda dos órgãos internacionais como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BENI, 2020).

Ainda segundo Beni (2020, p. 08), os impactos da pandemia junto a uma crise econômica que já se anunciava, abrem um novo patamar de contradições que exige novas relações que o autor chama de “uma nova era de ações de convergência, cooperação interativa e compartilhamento entre Estado, Iniciativa Privada e Sociedade”.

Retornando as políticas que impactaram o turismo, a OMT lançou até o momento 9 relatórios sobre “Restrições de viagens relacionadas ao COVID -19”, e o primeiro é de 17 de abril de 2020, onde verifica-se que 96% dos destinos do mundo introduziram restrições de viagens, o que resultou em uma interrupção quase que completa das viagens e claro do turismo que depende deste meio de transporte, principalmente o turismo internacional. O nono e último relatório até o momento (8 de abril), revela como a pandemia ainda não está controlada e como esta afeta o turismo. Segundo o relatório, enquanto as edições anteriores (8º, 7º, 6º) indicavam “progresso no sentido de flexibilizar ou suspender as restrições a viagens”, já o atual, aponta “a persistente gravidade da situação epidemiológica levou os governos a adotar uma abordagem mais cautelosa”, restringindo novamente os fluxos e destaca também as diferenças regionais “Dos 69 destinos com fronteiras totalmente fechadas aos turistas, 30 estão na Ásia e no Pacífico, 15 na Europa, 11 na África, 10 nas Américas e 3 no Oriente Médio” (OMT, 2021).

Mesmo com o início da vacinação, a pandemia de COVID -19 está longe de acabar. Além do surgimento de novas variantes, mesmo no atual cenário, medidas eficazes estão sendo ignoradas, e outras totalmente contrárias a razão estão sendo tomadas como a volta às aulas presenciais e permissão de cultos religiosos, aglomerações que agravaram a situação. Atividades turísticas também vêm sendo retomadas como veremos no capítulo da discussão, mesmo aqui no Brasil com um dos piores cenários internacionais.

2.2.3 Ministério do Turismo no Brasil o turismo e o COVID -19.

O Ministério do Turismo (MTur) é um órgão do governo federal responsável a nível institucional (vertical) pelas políticas que segundo o próprio órgão visam “desenvolvimento do turismo como atividade econômica sustentável, com papel na geração de empregos e investimentos, proporcionando a inclusão social” (BRASIL, 2020).

Em 16 de março de 2020 o MTur publica o primeiro documento em relação ao COVID “Coronavírus - Esclarecimentos e informações para o setor de Turismo”, onde o destaque é um manual de como se comportar em primeiro lugar em relação com a infecção, os cuidados básicos e depois a capacitação dos gestores em turismo para o enfrentamento da pandemia. O próximo ponto do manual é sobre a repatriação dos brasileiros impedidos de voltar para o país por causa da pandemia e outras ações do MTur, como as campanhas em prol do turismo, como por exemplo a “Não cancele REMARQUE” (BRASIL, 2020).

Sem esquecer que o Turismo é um complexo social amplo que agrega diversos setores sociais, não se deve minimizar o impacto econômico que a pandemia causou entre os diversos municípios com destinos turísticos pelo mundo, principalmente entre os trabalhadores. Diante disto o MTur e o Governo Federal, buscaram formas de amenizar este aspecto liberando verbas para empresas do “setor” como:

“A Medida Provisória nº 936, anunciada nesta quarta-feira (01.04), atende os pleitos do setor de viagens, encaminhados pelo Ministério do Turismo ao Ministério da Economia [...] De acordo com o texto, as empresas poderão flexibilizar, por três meses, os salários e jornadas de trabalho de seus colaboradores. Em contrapartida, o trabalhador receberá uma parcela do seguro-desemprego proporcional ao valor pago pela empresa.” (BRASIL, 2020).

Esta “flexibilização” é a diminuição dos salários ou suspensão de contratos, onde de acordo com o órgão esperava-se que evitasse a demissão de 8,5 milhões de

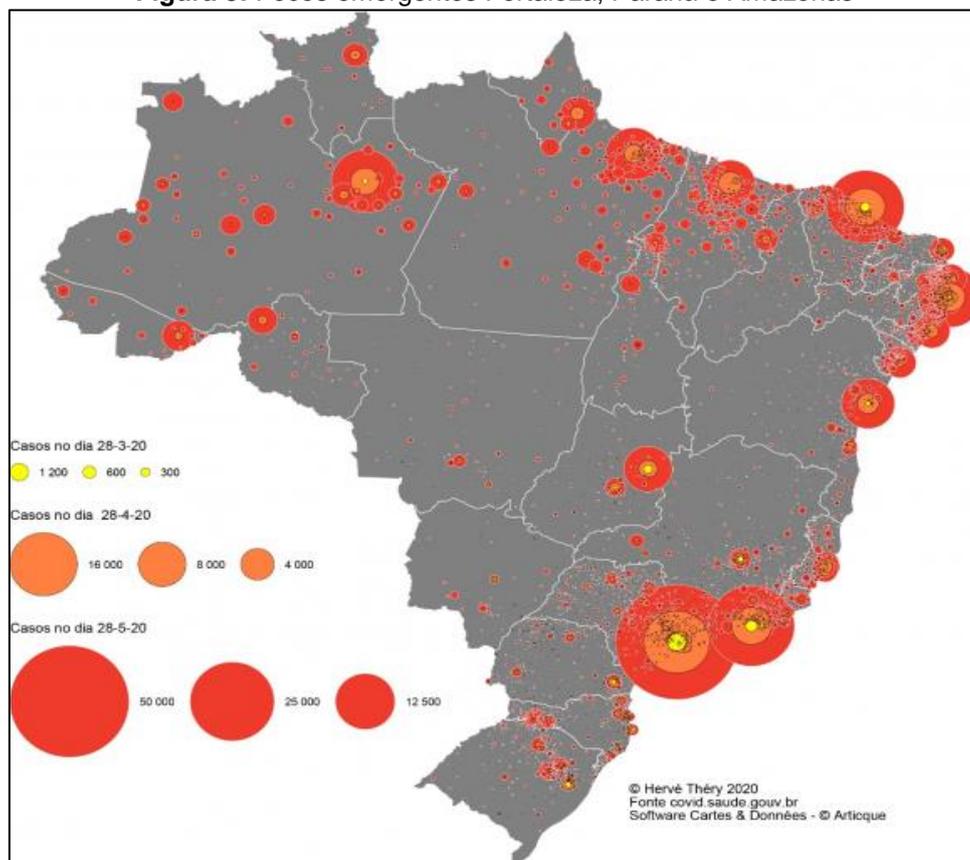
trabalhadores do Turismo (MTur, 2020), número que falta comprovação. Em perdas econômicas no geral o setor do turismo estima para 2020 um prejuízo de R\$62 bilhões (MECCA; GEDOZ, 2020).

Tanto as medidas econômicas, como as em relação as demais políticas como saúde e assistência social, vão sendo elaboradas de acordo a evolução da pandemia. O fator econômico é forte e vemos a pressão de setores - como a indústria e o comércio que retomaram suas atividades primeiro que outros setores. E apesar do turismo abarcar uma parcela importante de diversos seguimentos econômicos, o impacto de tal atividade diante de uma pandemia como a do COVID -19, é bem mais complexa e os interesses econômicos batem de frente com questões sociais serias como a saúde, o que torna o retorno desta atividade um desafio para as comunidades locais e os agentes públicos e privados interessados.

Assim como os demais setores que envolvem aspectos econômicos, os comércios ligados ao turismo esperam que possam funcionar o mais breve possível. Nesse sentido quanto às medidas de retomada ao turismo a nível nacional, estas ainda são tímidas por parte do MTur. Em matéria publicada em 22 de outubro de 2020 “Enoturismo no Brasil: retomada responsável traz expectativa alta para o setor”, o MTur relata que existe uma tendência à retomada do turismo interno, através de viagens curtas e com destinos de belezas naturais. Este retorno do turismo, mesmo que timidamente, sofre grande pressão por causa do impacto econômico que causa, ignorando por vezes os aspectos objetivos da pandemia e suas implicações.

Os dados revelam que o COVID -19 apesar de rápida estabilidade nos meses de agosto em algumas regiões do país, sua expansão aumentou no Centro-Oeste do país, região que se localiza Pirenópolis mostrando que a retomada do turismo no município ainda encara perigos. Nesse sentido acompanhar a evolução da pandemia é importante para entender sua relação com as políticas para o combate, bem como os impactos no turismo.

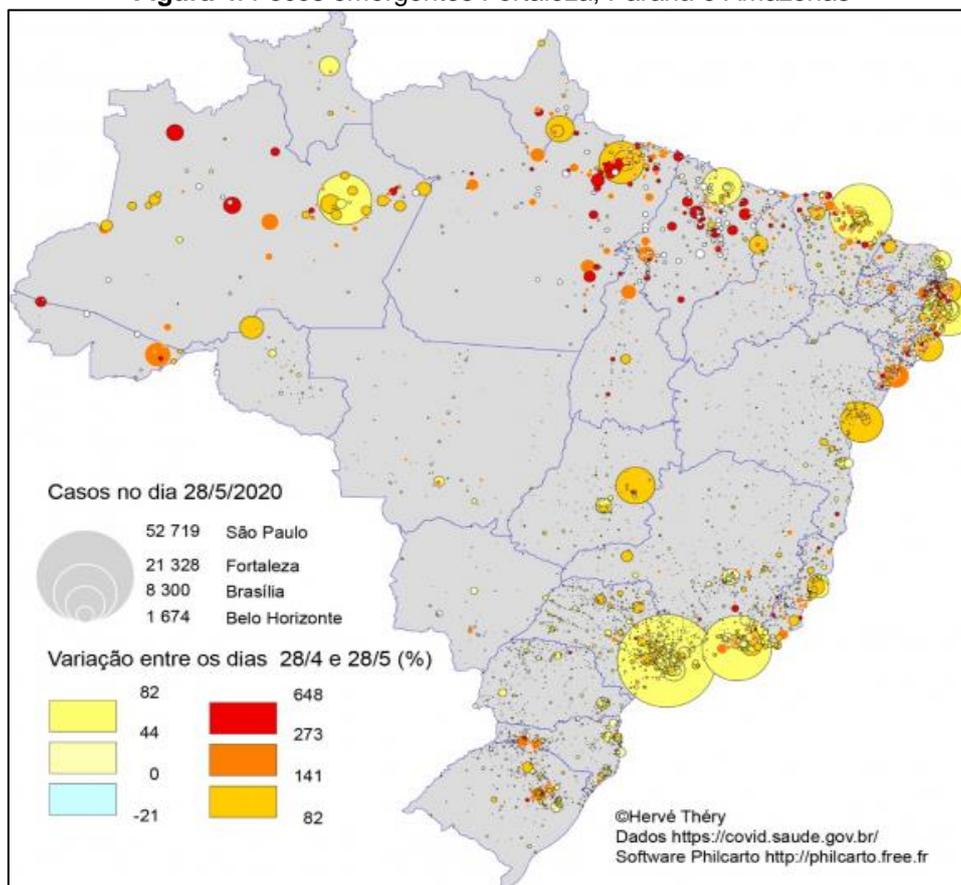
Nos mapas a seguir (Figura 3 e 4), acompanhamos a evolução da pandemia nos meses de abril e maio no Brasil. O mapa foi elaborado a partir dos estudos de três focos de disseminação do vírus: Fortaleza, Paraná e Amazonas e são estados que dão um panorama de como o vírus se movimenta de acordo o fluxo de pessoas, como as rodovias no Sul, os Rios no Norte e o fluxo turístico no Nordeste (COFINS, 2020). No mapa já se observa uma tendência de propagação do COVID -19 no Centro-oeste, que se confirmará mais tarde no mês de setembro (Figura 5).

Figura 3: Focos emergentes Fortaleza, Paraná e Amazonas

Fonte: Confins (2020)

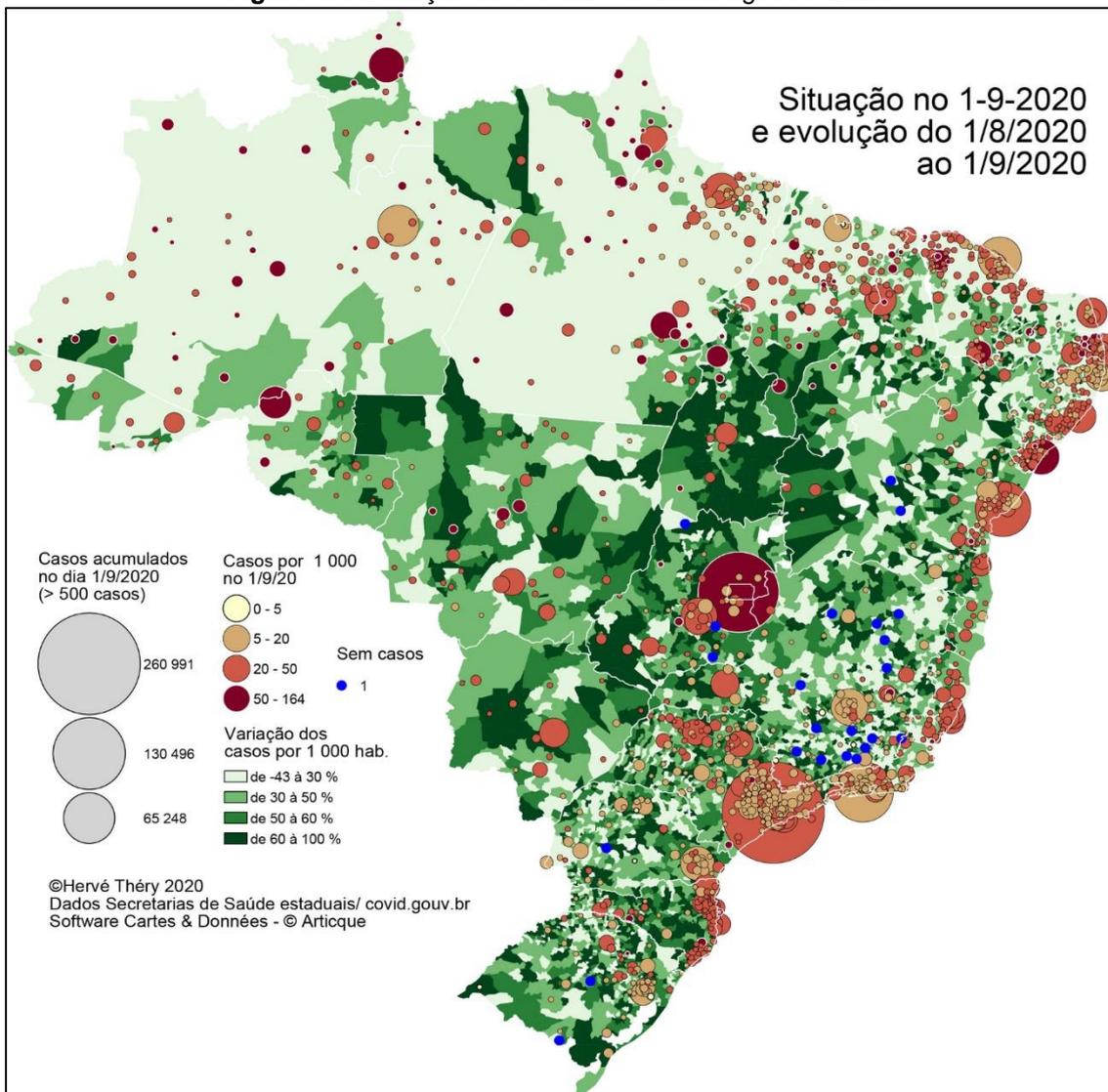
A Figura 3 mostra a progressão do vírus entre os meses de março, abril e maio de 2020 através dos casos confirmados, onde apenas em 3 meses os casos diários foram de 1200 para 50.000, demonstrando a capacidade de disseminação do COVID - 19.

Figura 4: Focos emergentes Fortaleza, Paraná e Amazonas



Fonte: Confins (2020)

Segundo Herve Thery (2020) a epidemia de COVID -19, durante os meses de agosto e setembro, estava se estabilizando nas grandes cidades e estava recuando na Amazônia - que tem sofrido muito - mas ainda avança no Centro-Oeste, especialmente em Brasília. Deste período somente a tendência do centro-oeste se confirmou nos meses seguintes, e a estabilização observada não se manteve em nenhuma região do Brasil agora com mais de um ano de pandemia de COVID -19 (Figura 5).

Figura 05: Evolução do COVID -19 Brasil ago./set 2020.

Fonte: Herve Thery (2020)

Apesar de já existirem propostas de retomada do turismo, a evolução da pandemia no Brasil não parou e agora caminha para se concentrar na região Centro-oeste confirmando a tendência registrada por Thery (2020), mostrando que a mesma ainda tem complicações serias para se pensar na retomada do turismo.

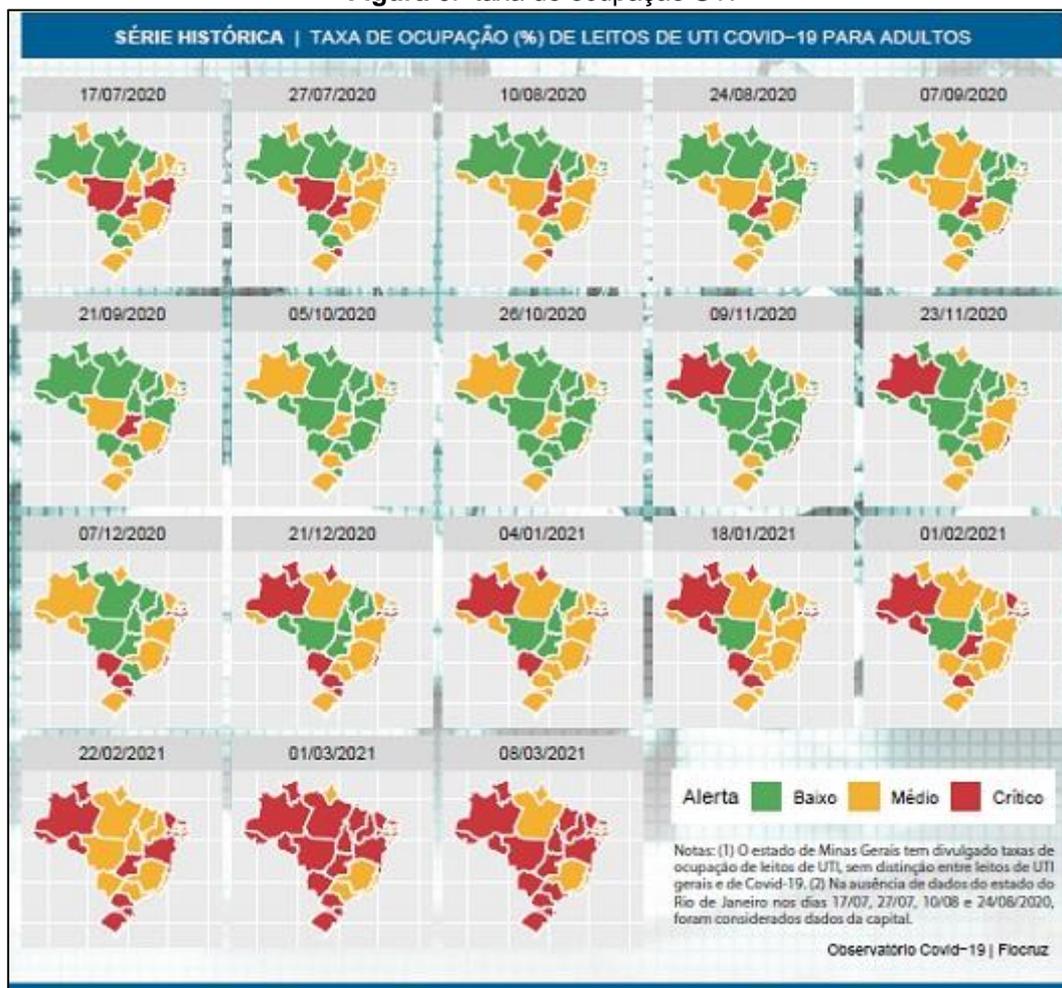
Com bases nestes dados é importante indagar se a região está preparada para a retomada do turismo pois desde abril onde a população do DF tinha o segundo melhor índice de adesão ao isolamento social entre as capitais brasileiras (AGUIAR, 2020), passou em setembro para um dos principais epicentros (THERY, 2020).

A tendência de estabilização observada em agosto de 2020 nas grandes cidades não se confirmou, a partir de outubro com a eleição e a retomada gradativa do comércio e dos serviços em geral, o cenário de aumento de casos foi se tornando cada vez maior e incontrolável. A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) é uma das

principais instituições de monitoramento do COVID-19 através do “Boletim do Observatório Fiocruz COVID -19”, que em outubro já sinalizava para o crescimento de casos onde as maiores taxas de incidência se concentravam em Roraima e no Distrito Federal (FIOCRUZ, 2020), onde o segundo se relaciona diretamente com o turismo em Pirenópolis.

Do mês de outubro de 2020 até a escrita desse texto (março/abril de 2021), o cenário de pandemia causado pelo COVID-19 só piorou, como demonstra os relatórios da Fiocruz. Em novembro, através da taxa de ocupação de leitos de UTI já se observava e especulava sobre uma segunda onda que viria a se confirmar. Em novembro de 2020 o DF figurava no relatório como um dos locais com maiores taxas de mortalidade causada pela pandemia (FIOCRUZ, 2020).

Com as festas de fim de ano e as medidas de distanciamento se afrouxando, o ano de 2021 começou com altos índices de incidência de COVID-19. Em março de 2021, um ano após o início da pandemia, a situação se agrava e o Brasil se encontra entre os países com os piores indicadores de propagação e contaminação da população, totalizando 15.434.000 de casos e 430.400 de óbitos, o que corresponde a 9,5% e 10,3% do total global (FIOCRUZ, 2021). Ainda, segundo a agencia, as taxas de ocupação de UTI são um indicador importante da situação atual em que vive o país (Figura 6).

Figura 6: taxa de ocupação UTI

Fonte: Fiocruz (2021)

A Figura 6 demonstra como no Brasil e nas áreas de interesse deste trabalho (o estado de Goiás e do Distrito Federal), no mês de março de 2021, estão entre as regiões com níveis críticos de incidência e ocupação de leitos, Goiânia (98%) e Brasília (97%), mostrando que se falar em retomada do turismo ainda é uma questão no mínimo complexa. Com estes dados em mãos os pesquisadores reforçam a necessidade de ampliar e fortalecer as medidas não-farmacológicas envolvendo distanciamento físico e social, uso de máscaras e higienização das mãos (FIOCRUZ, 2021).

Devemos lembrar que a *situação geográfica e turística* (ALVARADO-SIZZZO; COSTA, 2019) é reflexo da fricção, tensão e simbiose campo-cidade, e neste sentido os impactos do COVID -19 em cidades como Brasília e Goiânia (metrópoles) vão se desdobrar em Pirenópolis (sítio idílico, bucólico que aguça o imaginário social metropolitano e promove o deslocamento, como explicam os autores). Sendo assim, o distanciamento social e logo as viagens turísticas, bem como o comércio não essencial devem ainda ser restringidos conforme evolução da pandemia.

Não podemos deixar de lado a questão econômica, pois estamos falando do sistema capitalista e das particularidades do Brasil e de seu momento histórico social e político. A pressão dos setores comerciais é muito forte independente do governo, e o nível de desenvolvimento socioeconômico do Brasil torna a tarefa de combate ao COVID-19 ainda mais difícil.

A proposta do MTur para a retomada do turismo é a distribuição e selos para empreendimentos e atrativos que adotam medidas de proteção e segurança sanitária contra a COVID -19. Segundo a agência “O selo Turismo Responsável é um passo importante para a retomada das atividades turísticas no país. Com ele, o turista se sentirá mais seguro durante a sua viagem. O sucesso de adesão a esta iniciativa comprova que estamos no caminho certo para promover destinos mais seguros em todo o país”, destacou o ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio (BRASIL, 2020).

Desde então houve uma retomada no turismo onde o índice de atividades turísticas no país voltou a crescer, sendo que entre dezembro de 2020 e janeiro de 2021 o crescimento foi de 0,7%, no geral do país, e no DF 10,4% (BRASIL, 2021). Este retorno as viagens turísticas, mesmo que em números bem menores, podem estar relacionados ao aumento dos casos, pois desde então como foi mostrado os índices estão crescendo no Brasil, o que trará implicações sociais profundas e o turismo não ficara de fora.

Apesar das limitadas medidas adotadas no Brasil e a total subserviência do Estado aos poderes econômicos, tais medidas (como o distanciamento social) são importantes, mas estão longe de garantir um turismo seguro, pois como bem argumenta Aguiar (2020, p. 52):

Para um vírus poderoso como os da família corona, a circulação é a alma do negócio e a velocidade, o seu *modus operandi*. Portanto, a questão não está apenas na aglomeração em espaços fixos, como shoppings, restaurantes e supermercados, mas sobretudo no rastro de contaminação (geralmente invisível) que as pessoas vão deixando em seus fluxos pelos espaços [...].

São estas características do COVID -19 no Brasil (sintetizadas) e o fluxo próprio do turismo que o transformam em uma combinação catastrófica. É certo que o turismo já retoma aos poucos, em vários lugares do mundo e do Brasil, milhares de pessoas dependem desta atividade especialmente os trabalhadores assalariados. É uma situação complexa que com certeza provocará alterações nos fluxos e também na forma como o turismo é administrado.

Os impactos do contexto de pandemia na *situação geográfica e turística* de Pirenópolis será o objeto de investigação do próximo capítulo, considerando que a

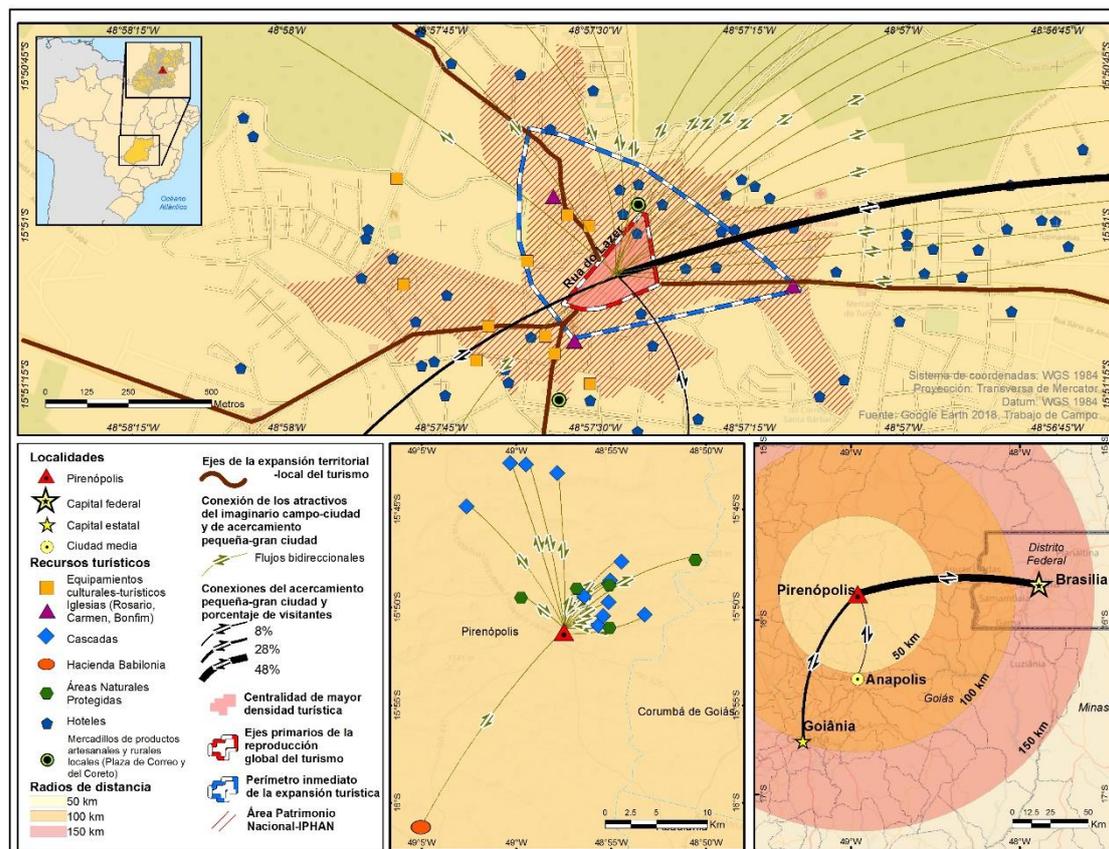
COVID -19 freia ou inibe o imaginário do deslocamento, por mais que a força atrativa dos lugares sigam latentes.

3. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA DE PIRENÓPOLIS NO CONTEXTO DE PANDEMIA.

A situação geográfica turística de Pirenópolis, no contexto de pandemia de COVID -19, é a soma do contexto histórico, social e econômico, articulado à reprodução capitalista do espaço. Nesse sentido, queremos dizer que, para melhor compreender como se desdobrou e se desdobra a situação turística em Pirenópolis, não se pode perder de vista a totalidade do sistema capitalista e suas interações entre o particular e o universal, nem o movimento dialético entre as horizontalidades e verticalidades (como ensina Milton Santos), bem como a relação campo-cidade (fricção, tensão e simbiose), essencial para a reprodução social e que determinam o desenrolar do processo real e “*capazes de virtualizar ruralidades concretas*”, como ensinam Alvarado e Costa (2019, p. 02).

Esta interação entre rural e urbano é mais que uma relação de troca, é entre outras coisas, a transferência da promessa de uma vida melhor (que já foi a promessa das cidades urbanizadas da sociedade moderna), agora influenciada por um “retorno” à natureza e uma “qualidade de vida ideal”, que elege os destinos com base nessa “nova” ideologia diante da “falência” da cidade contemporânea, que por sua vez e através do processo de patrimonialização global (discutido por E. Costa), modelam a situação geográfica turística de determinada localidade (ALVARADO; COSTA, 2019). A Figura 7 mostra, com detalhes, o complexo estrutural exigido para atender as necessidades do fenômeno turístico e como está imbricada a situação de mobilidade, comunicação e informação, típico do fluxo hodierno que integra pequenas, médias e grandes cidades, como analisaram os autores mencionados, no Brasil e no México:

Figura 7: Representação da *situação geográfica turística* em Pirenópolis



Fonte: Alvarado e Costa (2019). Acesso: <http://doi.org/10.14350/rig.59792>

Pirenópolis ter se tornado um destino indutor não é por acaso, a Figura 7 mostra que a rede de conexões está aí distribuída por questões culturais, econômicas e geografias (o imaginário idílico sobre o rural real e virtual, desde as metrópoles, como ensinam Alvarado e Costa). Os destinos que oferecem o “retorno” à natureza dependem de uma estrutura para receber os turistas, onde só a beleza natural por si só não basta para tornar o local um destino indutor. Nesse sentido a proximidade de estradas, aeroportos e principalmente a cercania a grandes centros urbanos sejam determinantes, como demonstra a Figura 7, além de como já abordado no início deste trabalho, aspectos ideológicos fundamentais interferem no processo de patrimonialização global (COSTA, 2015), que fortalecem este processo turístico.

Tal determinações envolvem os complexos sociais e em se tratando da pandemia, as decisões políticas e aspectos culturais e ideológicos são determinantes nos desdobramentos da crise e seus impactos na situação geográfica turística de Pirenópolis. Sendo assim, as decisões tomadas pelos governantes e instituições verticais, como o Governo Federal, o Estadual e o Municipal, bem como de instituições internacionais e nacionais como a OMS, a OIT, o MTur, entre outras, além do

posicionamento dos indivíduos ditos da “sociedade civil”, são igualmente determinantes nos impactos da pandemia.

Não por acaso, o Brasil se encontra no momento da redação deste texto como o país com a maior taxa de mortalidade por COVID -19 do mundo. Isso se deve a seu contexto sócio histórico e o momento político atual, que apesar da pandemia não ter poupado um único país, seus efeitos sociais variaram bastante, dependendo das políticas adotadas pelos governos nacionais, estaduais e municipais.

A partir destes pressupostos, a questão que se coloca é como a pandemia de COVID-19 impactou o setor de turismo em Pirenópolis – GO, a partir das políticas públicas (decretos, leis, entre outros), e dos dados da pesquisa obtidos através de entrevistas (quanti-qualitativos) e inferências a partir da literatura pertinente.

3.1 PIRENÓPOLIS E O ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA (2020-2021)

O Turismo, como já foi dito, é uma das principais atividades econômicas do município, e por sua própria essência, exige uma complexa malha de estrutura que vai para além do próprio local. Nesse sentido, buscou-se abarcar o máximo de atores possíveis deste fenômeno, desde o turista até gestores públicos e privados, sendo que amostra contou com a entrevista de 22 colaboradores do *trade* (27, 5%), 18 residentes (22,5%), com 17 empreendedores (21,3%), 17 turistas (21,3%) e 6 gestores públicos (7,5%), sendo 77 indivíduos de nacionalidade brasileira (96,3%) e 3 estrangeiros (3,7%) (Tabela 01).

Tabela 1 - Características sociodemográficos dos entrevistados. Pirenópolis, GO, 2020-2021.

Variáveis	Quantidade Total	n	%
Gênero	79		
Masculino		35	44,3
Feminino		43	54,4
Outro		01	1,3
Idade	80		
18—31		31	39,2
32—45		37	46,8
46—59		8	10,1
60—73		2	2,5
74—87		1	
Classificação	80		
Colaborador do <i>trade</i>		22	27,5

Residente			18	22,5
Empreendedor			17	21,3
Turista			17	21,3
Gestor Público			6	7,5
		80		
Nacionalidade				
Brasileiro(a)			77	96,3
Estrangeiro(a)			3	3,7

Fonte: Elaboração própria (2021)

A partir do momento em que a pandemia se tornou uma realidade, as principais medidas de enfrentamento foram aquelas iniciadas pelas organizações e instituições de cunho verticalizante, como a OMS que estabeleceu como principal medida de enfrentamento ao COVID -19 o isolamento social, causante de grande impacto nas relações sociais de um mundo globalizado. Claro que estas medidas são adaptadas, assimiladas ou até mesmo ignoradas, dependendo do contexto de cada país, região e setor econômico.

O acirramento da luta de classes na sociedade capitalista fez com que surgissem as políticas sociais, como instrumento do Estado para amortizar os efeitos da desigualdade social, “como mecanismo que socializa os custos da reprodução da força de trabalho para o conjunto da sociedade”. Tais políticas são possíveis apenas pela “expansão da extração da mais-valia” (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 168).

Os antagonismos de classe se chocam a tal ponto de tornar-se as leis que embasam as políticas públicas contraditórias, insuficientes ou até mesmo incapazes de solucionar o problema que lhe deu origem. É neste contexto que, no atual momento de pandemia causado pelo COVID -19, as leis, os decretos e as medidas estatais se desdobram para atender interesses de classe distintos. A oposição de setores importantes do empresariado brasileiro às medidas de isolamento social sancionadas por Estados e municípios, revela, ainda que com muita sutileza, a contraditoriedade das políticas sociais e o nível da oposição entre vida e lucro.

Por mais que o discurso dominante apresente o Estado com neutralidade, as políticas públicas devem ser ações do interesse comum (CLEMENTE *et al.*, 2020); esta suposição não resiste a uma crítica radical, partindo do pressuposto de estarmos inseridos nas relações sociais capitalistas, de forma que no presente estudo enfocaremos nas mediadas de enfrentamento a nível municipal, partindo dos decretos municipais e dos seus impactos a partir dos envolvidos (horizontalidades e verticalidades miltonianas). A Tabela 2 é uma síntese dos principais decretos

municipais a respeito da Pandemia e que de forma direta ou indireta impactaram o turismo.

Tabela 2 - Decretos e Normativas municipais de Pirenópolis - GO, para o enfrentamento do COVID -19.

DECRETO Nº	DESCRIÇÃO	PÚBLICO ALVO
3.421, 18 março de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Decreta situação de emergência na saúde pública do Município de Pirenópolis, tendo em vista a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) diante o novo coronavírus; • Suspende todos eventos públicos ou privados e impede qualquer atividade turística na cidade por 30 dias; 	Moradores, Turistas e Estabelecimentos Comerciais;
3.450, 15 de abril de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Institui Comitê de Fiscalização para Supervisão e Monitoramento do cumprimento das normas impostas ao combate da COVID -19 no município de Pirenópolis; • Torna o Comitê Órgão de fiscalização e conscientização no combate a disseminação da pandemia no município de Pirenópolis; 	Moradores, Turistas e Estabelecimentos Comerciais
3.451, 20 de abril de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe sobre as atividades e comércios que podem funcionar no período da pandemia; 	Estabelecimentos comerciais e Empreendedores
3.459, 19 de maio de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Declara situação de calamidade pública em saúde pública no Município de Pirenópolis, Goiás; • Dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo novo coronavírus; 	Poder Executivo, Setor Público e Setor Privado;
3.461, 26 de maio de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Determina quais são as atividades comerciais que podem funcionar no período da pandemia no município de Pirenópolis; 	Estabelecimentos comerciais e Empreendedores;
3.468, 03 de junho de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Proíbe o ingresso no Município de Pirenópolis, Goiás, pessoas de outros entes da federação, bem como pessoas de outros países; • Permite entrada no município apenas daqueles que comprovam o parentesco em até 1º grau de relação daquele que se pretende visitar; 	Turistas e não residentes;
Nota Técnica Nº 001/2020	<ul style="list-style-type: none"> • Define padrões técnicos para funcionamento de estabelecimentos de serviços não-essenciais de Pirenópolis durante as ações de combate a COVID -19. 	Diretoria de Atenção Básica a Saúde e Comitê de Crise Sanitária;

Nota Técnica Nº 002/2020	<ul style="list-style-type: none"> Define padrões técnicos para operação de estabelecimentos de serviços turísticos no contexto de prevenção à disseminação da pandemia de COVID -19; 	Estabelecimentos comerciais (Hotelaria, Atrativos e A&B);
3.477, 03 de julho de 2020	<ul style="list-style-type: none"> Disposições sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus COVID -19 no âmbito do Poder Executivo do município de Pirenópolis, Goiás; 	Setor Público

Fonte: elaboração própria (2021)

Corbari e Grimm (2020), em um estudo que buscou compreender os impactos da pandemia de COVID -19 no município de Curitiba, localizado no estado do Paraná, destacaram como o turismo é extremamente afetado por situações de endemias e pandemias. Estas, além de provocarem um grave problema de saúde pública e milhares de vidas perdidas, impactam diretamente a economia e conseqüentemente o setor turístico. Segundo Corbari e Grimm (2020) a exemplo do caso Ebola, o turismo sofreu a perda de 2,8 milhões de dólares em Guiné, Libéria e Serra Leoa, sendo que a última obteve uma redução de 50% no fluxo turístico.

Na época do surto da Síndrome Respiratória Aguda (SARS), em novembro de 2002, e na Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), em 2015, a posição da OMS foi emitir avisos específicos recomendando o adiamento de viagens, exceto as essenciais, para áreas onde o risco de exposição. A pandemia de COVID -19 tomou outra magnitude e medidas mais drásticas tiveram de ser tomadas, onde o isolamento social foi a primeira medida adotada, juntamente com a suspensão das viagens, medidas que no início foram adotadas quase que espontaneamente em todos os lugares, e também em Pirenópolis, como mostra o Decreto nº 3.421, de 18 março de 2020 que suspendeu todos eventos públicos ou privados e impede qualquer atividade turística na cidade por 30 dias (Tabela 2).

A pandemia de COVID -19 se apresentou como uma situação nova devido a sua abrangência, e não por acaso, por causa da desigualdade gerada pelo próprio modo de produção, as medidas de enfrentamento também foram influenciadas por estes fatores socioeconômicos e o progresso da pandemia e as necessidades de reprodução do capital orientou a tomada de decisões de acordo aspectos políticos, cultural, ideológicos e econômico de cada país, estado e município.

Apesar de no primeiro momento as medidas impactarem o comercio como um todo, o setor de serviços e o turismo principalmente foram e estão sendo os mais afetados. Em Pirenópolis, cidade de destino indutor, as primeiras medidas praticamente paralisaram o setor turístico, como a exemplo do decreto nº 3.451, de 20

de Abril de 2020 (Tabela 2), que dispõe sobre as atividades e comércios que podem funcionar no período da pandemia, onde no inciso 2º indica quais serviços devem permanecer suspensos: I) eventos públicos e privados de quaisquer natureza; II) cinema, restaurante, bares, boates, casas de espetáculos, e demais comércios congêneres não listados no presente artigo; III) hospedagem, tais como: pousadas, hotéis, hostels, motéis, casas de temporada e camping; [...] V) recepção de excursões e demais transportes coletivos de turismo; VI) turismo a atrativos naturais, compreendidos passeios e visitasões a cachoeiras e rios, inclusive os públicos [...] (PMP, 2020).

Segundo Rossi e Ribeiro (2021), nos primeiros meses de Pandemia o turismo teve uma interrupção quase total em suas atividades, o que leva a impactos econômicos negativos em todo Brasil. A interrupção das viagens não afeta somente os locais onde os turistas vão para desfrutar das belezas naturais, mas também em cidades como Jaguarão no Rio Grande do Sul, onde a interrupção do fluxo impediu o turismo de compras, o que movimentava hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos comerciais. A pandemia afeta diretamente na economia local do município, que impossibilita o comércio e a travessia da ponte com destino ao Uruguai (objetivo dos turistas) comprometendo o acesso ao município vizinho (ROSSI; RIBEIRO, 2021).

Os principais decretos da prefeitura de Pirenópolis, em um primeiro momento (até junho de 2020), mesmo com alguma flexibilização em relação ao comércio, ainda restringiam a atividade turística. A partir deste mesmo mês, e mesmo sem nenhuma indicação de estabilização ou diminuição nos números de, começou-se a se pensar na retomada do turismo, visto que já se havia retomado mesmo que parcialmente muitas das atividades do comércio e serviços.

O primeiro passo institucional é o lançamento da Nota Técnica Nº 002/2020, que preconiza como objetivo “Definir padrões técnicos para operação de estabelecimentos de serviços turísticos no contexto de prevenção à disseminação da pandemia de COVID-19.” (PMP, 2020), visando operações adequadas para garantir a prevenção de disseminação nos serviços de alimentação, nos atrativos turísticos, no processo de serviço das agências de transporte e guias de turismo e nos serviços de hospedagem – hotéis, pousadas, imóveis de aluguel para temporada, campings, etc. – da cidade de Pirenópolis.

O mesmo documento apresenta as recomendações de funcionamento específicas para o setor de turismo, que são baseadas nas recomendações da OMS para o turismo de um documento de 30 de março de 2020, segundo a Nota. É bom lembrar que em junho de 2020, quando se estava pensando em uma retomada como coloca o próprio documento “possível reabertura durante o período de pandemia da

COVID-19” (PMP, 2020, p. 02), e apesar de não saber que o número de acometidos e mortalidade no Brasil seria tão absurdo, ainda sim quaisquer estímulo a volta do turismo no contexto era no mínimo irresponsável, visto que o fluxo de pessoas e logo de turistas são um dos principais veículos de transmissão do COVID -19 (BENI, 2020).

Sabe-se que é um momento complexo, e a crise econômica aguçada pela pandemia de COVID -19 afeta a totalidade social, claro que de maneiras bem diferentes. É observável que muitos pequenos e médios empresários chegam até a falir, e grandes empresas chegaram inclusive a crescer durante a crise, até aqui nada de novo, e os efeitos da crise econômica, não importa seu gatilho, vai impor os ditames do capital:

As crises não interessam a nenhum dos sujeitos sociais em presença na sociedade burguesa - nem aos capitalistas, nem aos trabalhadores. É evidente que seus impactos atingem muito diferentemente as classes sociais; não há o mesmo custo para todos: *os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto*. No entanto, também são penalizados seguimentos do capital, especialmente os pequenos e médios capitalistas, os primeiros (entre os membros da classe exploradora) onerados pela crise: as falências e quebras ocorrem basicamente entre eles; porém, conforme a profundidade da crise, mesmo setores do grande capital são vulnerabilizados. Por outra parte, uns poucos representantes do capital tiram vantagens da crise, que também tem por efeito favorecer os mecanismos de concentração e centralização [...] (PAULO NETTO; BRAZ, 2006, p. 163, grifos do autor).

No contexto do capitalismo, é comum que tanto trabalhadores quanto empresários façam pressão para que as atividades sejam retomadas. Quanto ao turismo, atividade já sensível a crises, foi muito mais afeta por causa da pandemia, que impediu milhares de atividades de funcionar acarretando em fechamentos e desemprego, impactos que serão melhor aprofundados no tópico seguinte.

3.2 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS OBSERVADOS NO TURISMO EM PIRENÓPOLIS DURANTE A PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Desde que foi decretado o estado de Pandemia internacional, em março de 2020, os impactos para o turismo, em qualquer lugar do globo foi imediato. Com a suspensão das viagens, o turismo praticamente parou. A literatura é consensual quanto ao turismo ser uma das atividades mais afetadas pela pandemia de COVID -19 (GARBUIO; RIBEIRO, 2020; CARNEIRO; ALLIS, 2021; TASSO; MOESCH; NÓBREGA, 2021; NEVES *et al.*, 2021).

Com a interrupção das viagens, imediatamente houve o cancelamento de reservas em hotéis, cancelamento de pacotes de viagens, entre outros, que provocaram a paralização de uma série de serviços ligados ao turismo. Além destes impactos imediatos, cada localidade, de uma forma ou de outra em consonância com os ditames do capital, incorporou as medidas de enfrentamento como citadas acima através de decretos e protocolos, sempre - vindos de “cima” - impostos pelas instituições, prefeituras, governos estaduais e federais, além de instituições globais como a OMS, que contraditoriamente, apesar de não questionar as bases reprodutivas do capital, ainda é ignorada em momentos como o atual por aspectos ideológicos específicos de cada governo, como o caso do Brasil, relutante em aplicar os protocolos de segurança ditados por esta instituição.

Apesar da não adesão total dos governos às medidas de distanciamento social básica, não só por força da lei, mas também por uma questão cultural brasileira, ainda assim as medidas tomadas alteraram substancialmente a rotina mundial com impactos profundos para o turismo como já citado. Nas entrevistas¹³ realizadas por esta pesquisa, as falas revelam os impactos dessa mudança provocada pela pandemia, não só a nível econômico, mas na rotina, costumes e hábitos dos sujeitos em Pirenópolis.

Ao serem perguntados: “Observa quais mudanças no destino Pirenópolis a partir da Pandemia COVID -19?” Os entrevistados oferecem um panorama de quanto a pandemia afetou o turismo e a rotina em geral. As respostas foram dadas por Colaboradores *Trade* (trabalhadores das diversas atividades envolvendo o turismo), empresários do setor, turistas e residentes do município, sobre os impactos no turismo começando pela percepção dos Colaboradores *trade*:

Diminuição da Oferta de Trabalho, Restrição ao Turismo (Colaborador *trade* 1).

Mudança nos horários de abertura e fechamento do Comércio, Diminuição das equipes de trabalho, Restrições sanitárias (Colaborador *trade* 2).

Horários reduzidos de funcionamento, Diminuição fluxo de Turistas, Barreiras Sanitárias” (Colaborador *trade* 3).

Diminuição do fluxo de turistas, Protocolos restritivos e limite de capacidade de atendimento (Colaborador *trade* 4).

Tradicional festejos deixaram de ocorrer, mudanças no cotidiano, ida ao comércio e diminuição no número de Turistas (Colaborador *trade* 4).

¹³ ANEXO 1

Restrição do turismo, diminuição da taxa de ocupação na pousada (Colaborador *trade* 5).

Diminuição nas vendas, diminuição fluxo de turistas, protocolos restritivos, fiscalização e orientação por parte da gestão pública (Colaborador *trade* 6).

Perda de vendas, diminuição do fluxo turístico, aumento nos preços dos produtos alimentícios, desvalorização do trabalhador (Colaborador *trade* 8).

Diminuição da economia da cidade. Descontentamento geral com o atual Governo Federal” (Colaborador *trade* 10).

Redução da equipe de trabalho, Diminuição do fluxo Turístico, Diminuição da Oferta de hospedagem (Colaborador *trade* 12).

Nas falas observa-se um consenso quanto a redução da atividade turística (fluxo), mas também se percebe uma alteração na rotina e impactos econômicos e políticos gerais, como mudança de horários, inflação, precarização do trabalho e descontentamento com o governo. A diminuição no fluxo turístico se deve a diversos fatores, como a suspensão das viagens aérea, intermunicipais e estaduais de ônibus ou automóveis, mas este é só um dos fatores. Em Pirenópolis, entre os turistas entrevistados 80% chegaram ao município de automóvel próprio (Tabela 3), pois a maior parte do turismo de Pirenópolis é regional, como mostra a “Pesquisa de Demanda, Caracterização e Dimensionamento do Perfil do Turista no Período do Carnaval em Pirenópolis – GO 2019”, realizado pela Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico a pedido da prefeitura do município, onde 84,8% dos respondentes utilizaram como meio de transporte o veículo próprio para chegar à cidade.

Tabela 3 - Meio de Transporte Utilizado Turista. Pirenópolis, GO, 2020-2021.

VARIÁVEIS	QUANTIDADE TOTAL	N	%
	80		
Carro ou moto particular		65	83,3
Ônibus, Van ou Veículo Alugado		9	11,5
Bicicleta		3	3,8

Fonte: elaboração própria (2021)

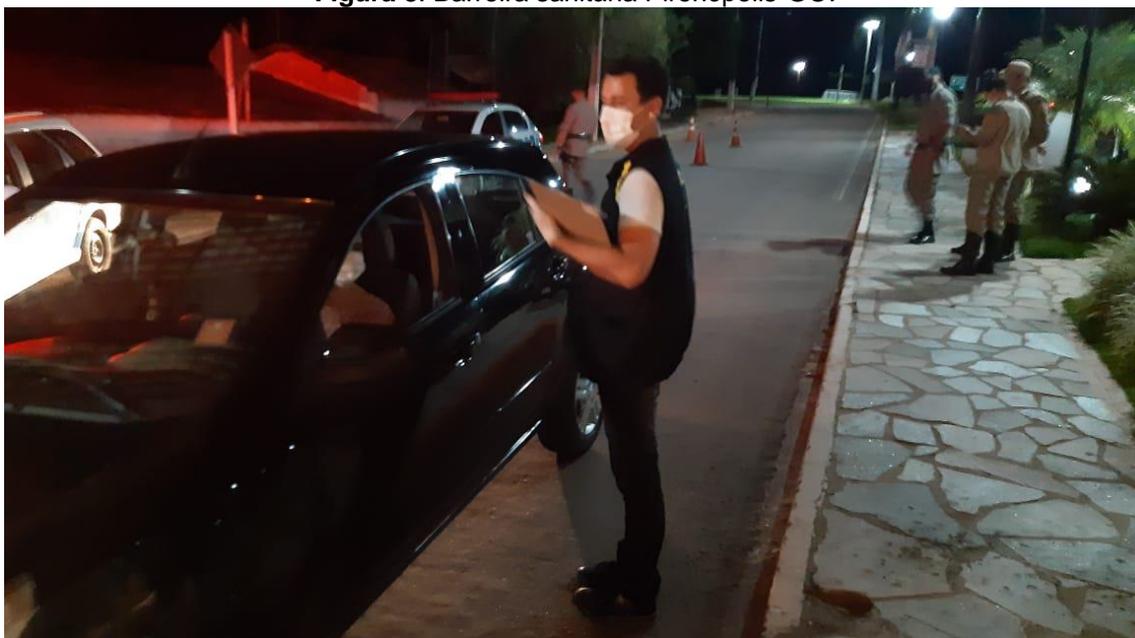
Nesse sentido os decretos municipais, o fechamento do município em um primeiro momento, dos estabelecimentos de hospedagem também contribuíram para a diminuição do fluxo. As primeiras medidas legais adotadas foram as mais rígidas, como restrição total à localidade, exceto de moradores e serviços essenciais, onde foram adotadas barreiras sanitárias e bloqueios, que tinham como objetivo a

prevenção na disseminação do vírus. São exemplos de destinos indutores que utilizaram deste recurso: Angra dos Reis (RJ); Armação dos Búzios (RJ); Arraial do Cabo (RJ); Caraguatatuba (SP); Paraty (RJ); Ubatuba (SP); entre outros, pois no contexto de pandemia:

[...] a reação de municípios turísticos foi imediata. Com diferentes intensidades e organização, municípios litorâneos de São Paulo e Rio de Janeiro empregaram procedimentos de contenção, orientação, checagem, higienização e conscientização de turistas e moradores, seja no acesso aos municípios, ou no uso de espaços públicos de interesse turísticos[...] (CARNEIRO; ALLIS, 2021, p. 8).

Como já foi destacado no tópico anterior, Pirenópolis também se utilizou de decretos que restringiram o fluxo turístico e implantou barreiras sanitárias e de controle, onde turistas sem reserva hoteleira e que não atendiam aos protocolos de segurança, tinham que retornar a seu local de origem. A Figura 8 mostra um momento do trabalho de controle realizado em Pirenópolis- GO.

Figura 8: Barreira sanitária Pirenópolis-GO.



Fonte: acervo próprio (2021)

Outro fator que interferiu na diminuição do fluxo foi naturalmente o medo de contrair o vírus (HOLANDA; AZEVEDO; LIBERATO, 2020). Os turistas, em um primeiro momento, não imaginavam a dimensão que tomaria a pandemia especialmente no Brasil (um dos casos mais trágicos do planeta, considerando que beiramos o meio milhão de pessoas mortas), e fizeram planos de adiar as viagens por

medo de contração do vírus. Essas ações, muitas vezes, foram tomadas pensando que seria passageira e já pensavam em retomar as viagens em julho/agosto de 2020.

Em estudo que objetivou mensurar impactos da pandemia sobre as viagens e o turismo na perspectiva dos consumidores brasileiros que estavam viajando ou pretendiam viajar à época da expansão da doença, ao serem perguntados se a pandemia interferiu nas viagens 14,67% (165 participantes) responderam não terem tido interferências, 15,82% (178 participantes) assinalaram que não haviam modificado seus planos de viagens, mas a maioria da amostra 728 participantes (69,51%), disseram que houve restrição de viagem por conta da pandemia de COVID-19 (NEVES *et al.*, 2020).

Quanto aos impactos econômicos, estes podem ser melhor dimensionados a partir das respostas dos empreendedores que atuam no município de Pirenópolis no setor do turismo.

Para além dos aspectos econômicos as respostas também revelam: mudanças de comportamento, denúncia e descumprimento das medidas protetivas “Casas de temporadas clandestinas, Festas em povoados do município, saída dos moradores para outros centros urbanos, estrutura hospitalar insuficiente” (Empreendedor 5), e quanto os impactos econômicos destacam-se:

Alteração no Perfil de Público, Diminuição do faturamento, demissão de funcionários, Ausência de festividades (Empreendedor 2).

Restrição aos meios de Hospedagem e atrativos, Diminuição do fluxo de Turistas nos finais de semana (Empreendedor 3).

Diminuição do faturamento, Diminuição fluxo de turistas, barreiras sanitárias instaladas, fiscalização acentuada (Empreendedor 6).

Diminuição de Renda, Restrições Sanitárias, Fechamento da Cidade (Empreendedor 11).

Mas, os empreendedores não relatam somente os impactos econômicos, existem aquelas falam que servem de denúncia e já mostram os sinais do comportamento que levou o Brasil a ser o país com as maiores taxas de mortalidade do mundo:

Não vejo muitas mudanças não, infelizmente vejo muito marketing nada pouca mudança de comportamento! É como se os moradores não tivessem entendido a gravidade da doença! (Empreendedor 15).

Os impactos econômicos da pandemia no turismo já eram anunciados desde o primeiro mês da pandemia. Com as restrições de viagens e com a instalação de barreiras sanitárias, principalmente em locais turísticos, os déficits de arrecadamento

do setor eram previsíveis. Com a pandemia ainda em andamento, e particularmente grave no caso do Brasil, estes impactos ainda só podem ser observados parcialmente, mas já demonstram o decréscimo no turismo de maneira geral. Segundo a Organização da Nações Unidas (ONU, 2021), se comparado a janeiro de 2020, o mesmo mês em 2021 registrou uma queda de 87% no turismo internacional.

Além de muitas empresas fechadas, o desemprego aumenta e com ele as contradições sociais. Estudos como o de Holanda, Azevedo e Liberato (2020), que realizaram um levantamento do impacto econômico da pandemia da COVID-19 nos empreendimentos do setor do turismo em Aracaju/SE, e analisou diversos ramos do turismo (hospedagem, bares/restaurantes, artesanato, serviço de guias, comunicação, transporte, entre outros), observaram que no primeiro mês da pandemia todos os serviços ligados ao turismo no município tinham sido suspensos, e que só a partir de 17 de abril alguns destes retornaram com atividades reduzidas (46%); este processo ocasionou na demissão de 405 colaboradores entre as empresas pesquisadas e quanto às reservas, 47% dos hotéis apresentaram 100% de suas reservas canceladas.

No “Relatório de impacto da Pandemia de COVID-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil” do MTur (2020), que realizou levantamentos de dados do período de janeiro a julho de 2020, fica claro que “de acordo com os dados do Novo CAGED, de janeiro a julho de 2020 o saldo entre contratações e demissões na economia do turismo foi negativo em 364.044 postos de trabalho formais” (MTur, 2020, p.17). Deve-se manter em mente que a pandemia ainda não foi erradicada e seus impactos econômicos e sociais ainda estão em andamento, mesmo com a retomada “parcial” da atividade turística e no contraditório cenário de expansão do COVID-19 no país.

É de se supor que apesar das restrições e barreiras o turismo em si não parou, principalmente o de segunda residência, pois muitos turistas são proprietários de casas de veraneio em locais turísticos, e transitam entre os grandes centros e estes, principalmente com veículos próprios. Neste contexto, o fluxo turístico não parou. Carneiro e Allis (2021), que buscaram discutir a mobilidade do turismo durante a pandemia, destacaram dentre outras essa problemática, observando que muitos subterfúgios, como comprovante de residência, aluguel de casas, entre outros que foram utilizados para manter o fluxo turístico, inclusive com a colaboração de empresários e donos de casas de aluguel de temporada que auxiliaram a entrada de turistas.

Pirenópolis não ficou de fora dessa dinâmica, e mesmo durante a pandemia em curso continuou a receber turistas como nos casos citados acima. E depois da flexibilização das medidas, e em tese com as devidas mediadas protetivas

estabelecidas pelos poderes governamentais, foi possível coletar a opinião dos turistas presentes no município a respeito dos impactos da pandemia no turismo em Pirenópolis. Os principais aspectos destacados pelos turistas foram:

Diminuição dos Restaurantes abertos, Obrigatoriedade de reservas em Hotéis, restrições sanitárias (Turista 1).

Restrição nos meios de hospedagem, Protocolos de segurança e saúde nos estabelecimentos (Turista 2).

Medidas restritivas, Barreiras Sanitárias e Protocolos de Saúde adotados no município (Turista 3).

Voucher de reservas ao atrativos, Ausência de festas tradicionais, missas remotas (Turista 5).

Fechamento de atrativos, Barreiras Sanitárias, Entrada na cidade mediante reservas (Turista 6).

Destino sempre procurado, Hotéis em menor oferta, Aumento de preços, Barreiras Sanitárias na entrada da cidade (Turista 7).

Protocolos estabelecidos de Segurança (Turista 8).

Redução no fluxo Turístico, Menos oferta de hospedagem, barreiras sanitárias no portal (Turista 12).

Restrição ao acesso, Diminuição da oferta Hoteleira (Turista 15).

Redução da oferta de Serviços e Hospedagem, atrativos com limitação de carga (Turista 16).

Fluxo menor de Turistas nas Cachoeiras, restrito as reservas ou número de visitantes, Barreiras Sanitárias, Fiscalização (Turista 17).

Entre as principais mudanças percebidas pelos turistas em Pirenópolis durante a pandemia de COVID-19 estão: a diminuição da oferta de serviços, principalmente a hotelaria; implantação das barreiras sanitárias e exigência que se cumpra os protocolos de segurança; restrição no acesso no município; e ausência das festas tradicionais e diminuição do fluxo turístico.

E como as horizontalidades do município de Pirenópolis perceberam tais impactos? Nesse sentido as respostas dos residentes são as que melhor explanam o panorama pandêmico. Apesar dos gestores, em muitos casos serem residentes dos municípios, não são considerados aqui como parte das horizontalidades, pois como gestores representam as forças verticalizante impostas em última instancias pelos imperativos reprodutivos do capital. Na perspectiva dos moradores de Pirenópolis os principais impactos da pandemia tem sido:

Preocupação com a parcela mais idosa, Diminuição de vendas na loja física, aumento de Vendas por mídias sociais. (Residente 1)

Aumento dos casos positivos de COVID-19, Restrição ao Turismo, aumento de óbitos. (Residente 2).

Redução no número de visitantes. Falta de atuação dos gestores municipais. Ausência de políticas mais eficientes de prevenção e aumento da mortalidade (Residente 3).

Constante procura pelo destino por parte dos Turistas e Medidas de segurança estabelecidas na cidade (Residente 4).

Houve mudanças em relação a todo modo de vida, diminuição da renda advinda do turismo” (Residente 5).

Mudou o número de turista na cidade (Residente 6).

Demissão de contratos temporários, Diminuição do fluxo de Turistas, Aumento de caso positivos de COVID-19 (Residente 7).

Barreira sanitária (Residente 8).

Em fins de semana pontuais o movimento é reduzido, mas, de forma geral, ainda há muita movimentação. Mesmo assim, muito do comércio, que já tinha uma rotatividade grande de estabelecimentos, tem se alterado muito mais acentuadamente (Residente 11).

Liberdade com público, Programa de rádio Quinta da viola, missa somente com inscrição (Residente 12).

Caída drástica de afluência (Residente 13).

Diminuição da capacidade de carga de empreendimentos turísticos, adoção de protocolos, restrição do acesso ao município e de circulação na cidade (toque de recolher) (Residente 15).

Algumas empresas mudaram para atender o turista mas a população da cidade não vê uma responsabilidade efetiva e faltam políticas públicas de apoio a população (Residente 16).

Aumento dos casos Positivos de COVID-19, Redução no fluxo de Turistas, Fechamento da cidade (Residente 17).

Diminuição do fluxo de turistas na cidade de Pirenópolis, convivialidade nos espaços públicos reduzida, escassez de movimentos culturais durante a quarentena e adequações para manter a segurança sanitária e diminuição da rentabilidade da cidade a partir do turismo (Residente 9).

Os moradores de Pirenópolis se mostraram os mais sensíveis quanto aos impactos da pandemia não só no turismo, mas também no cotidiano. As festas populares, os espaços públicos de aglomeração já “naturalizados” agora controlados. Foram apontadas negligências por parte do poder público e reclamações quanto o aumento dos casos de COVID-19. É um retrato de como na sociedade globalizada e controlada pelos fluxos do capital as particularidades do sistema são tão afetadas quanto ao todo, e numa sociedade onde as tomadas de decisão são dos poderes

verticalizante (Estado e Instituições representativas do capital), a população local se vê numa encruzilhada de vida ou morte, literalmente, dependendo da atividade que pode matá-los diante do total descaso dos poderes públicos.

3.3 RETOMADA SITUAÇÃO GEOGRÁFICA TURÍSTICA EM PIRENÓPOLIS, GOIÁS?

Já no final do mês de junho de 2020, diante dos impactos econômicos causados pela paralização das atividades turísticas, se esboçava uma retomada do turismo em Pirenópolis ao ser lançada a Nota Técnica Nº 002/2020. Em julho de 2020 as medidas que previam o retorno de diversas atividades econômicas e o turismo se intensificaram e a Prefeitura de Pirenópolis lança o “Manual de Boas Práticas e Biossegurança para reabertura consciente do Turismo em Pirenópolis, Goiás 2020” e no mesmo mês o Decreto nº 3.480, de 20 de Julho de 2020 que “Permite a reabertura da cidade, com medidas restritivas para os estabelecimentos comerciais (Hotelaria, Atrativos e A&B), mediante comprovada capacitação e adoção de protocolos de prevenção do novo coronavírus” (Tabela 4).

Tabela 4 – decretos de retomada ao turismo em Pirenópolis

MANUAL, GUIA e DECRETOS	DESCRIÇÃO	PÚBLICO ALVO
Manual de Boas Práticas e Biossegurança para reabertura consciente do Turismo em Pirenópolis, Goiás 2020;	<ul style="list-style-type: none"> A fim de ser utilizado em treinamento e capacitação à toda a comunidade pirenopolina incluindo os estabelecimentos comerciais, industriais e prestadores de serviços; 	Residentes, Empreendedores. Estabelecimentos comerciais e Turistas;
3.480, 20 de julho de 2020	<ul style="list-style-type: none"> Permite a reabertura da cidade, com medidas restritivas para os estabelecimentos comerciais (Hotelaria, Atrativos e A&B), mediante comprovada capacitação e adoção de protocolos de prevenção do novo coronavírus; 	Turistas, Empreendedores e Estabelecimentos Comerciais;
3.485, 31 de julho de 2020	<ul style="list-style-type: none"> Prevê Capacitação comprovada junto aos órgãos fiscalizadores e Comitê de enfrentamento; Dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus; Capacitação e treinamento de todos funcionários para adoção de medidas de biossegurança; 	Poder Executivo e Setor Privado;

Anexo 02 do Decreto Municipal 3.485, de 31 de julho de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Certifica o treinamento específico para equipes de estabelecimentos comerciais; 	Setor Privado, estabelecimentos comerciais e empreendedores;
3.499, 21 de agosto de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Proíbe aglomerações no município de Pirenópolis; • Entende-se por aglomerações, a reunião de 05 ou mais pessoas, sem a observância de distanciamento mínimo de 02 metros; 	Turistas e residentes;
Guia de Prevenção da COVID-19 para Pirenópolis, Goiás. Edição 01/2021	<ul style="list-style-type: none"> • A fim de orientar o funcionamento e fiscalização tais atividades do município de Pirenópolis, foi elaborado o GUIA DE PREVENÇÃO DA COVID-19, trata-se de um documento embasado nas publicações do Ministério da Saúde, do Estado de Goiás e do Município de Pirenópolis, Goiás. 	Turistas, residentes e estabelecimentos comerciais (Hotelaria, A&B, Atrativos)
3.612, 19 de fevereiro de 2021	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelece medidas restritivas para enfrentamento à pandemia decorrente da disseminação da COVID-19; 	Turistas, residentes e estabelecimentos comerciais (Hotelaria, A&B e Atrativos);
3.651, 30 de março de 2021	<ul style="list-style-type: none"> • Limita todas atividades comerciais em 50% da capacidade de atendimento, hospedagem ou capacidade de carga em atrativos; • Delimita horário de encerramento das atividades noturnas; 	Estabelecimentos comerciais (Hotelaria, Atrativos e A&B) e Turistas;
3.673, 15 de abril de 2020	<ul style="list-style-type: none"> • Dispões sobre adesão deste município ao inteiro teor do Decreto estadual nº 9.848, 13 de abril de 2021; • Medidas restritivas das atividades econômicas e administrativas dos municípios do Estado de Goiás. 	Estabelecimentos Comerciais (Hotelaria, A&B e Atrativos) e Atividades Administrativas;
3.677, 19 de abril de 2021	<ul style="list-style-type: none"> • Adequa as atividades econômicas considerando a nova classificação do mapa de risco da região Pireneus relativo ao combate da pandemia; • Permite o funcionamento de todo equipamento turístico em 50% de sua capacidade de carga; • Abrandamento da região Pireneus de Goiás, de estado de “calamidade” para “estado crítico”; 	Turistas e Residentes, Setores públicos e Privados;

Fonte: elaboração própria (2021)

O manual para reabertura do turismo é um documento que via de regra segue as recomendações de prevenção já conhecidas como o distanciamento mínimo, uso

de máscaras e assepsia com álcool gel. Mesmo que na época já se falava de uma possível vacina sendo desenvolvida, todos sabiam que no Brasil a vacinação iria demorar, mas a pressão econômica é muito forte, e diversos governos (municipais e estaduais) começaram a ceder, até que publicam o Decreto nº 3.480 que permite a reabertura do município de Pirenópolis.

Voltamos a lembrar que a “pressão” para a reabertura não é só uma questão econômica, pois o fenômeno turístico é uma atividade pertencente ao campo do lazer, e como tal se faz com turistas. A retomada do turismo representa a retomada dos fluxos de pessoas, e no caso de Pirenópolis, a relação com as metrópoles (Goiânia e Brasília) são determinantes neste processo, pois a *situação geográfica turística* é determinada em última instância pelas necessidades dos turistas oriundos em sua maioria destes locais, e que projetam em Pirenópolis agora não só o lugar de fuga do “stress da cidade” como até uma fuga da pandemia, fazendo pressão para que haja uma retomada do turismo.

O turismo movimenta o fluxo de pessoas e suas representações e necessidades, se a *situação geográfica turística* de Pirenópolis é também determinada por esta simbiose entre campo-cidade, assim como esclareceu Alvarado e Costa (2019); durante a Pandemia de COVID-19 não é diferente. Como a maiorias dos turistas de Pirenópolis são das metrópoles próximas, estas exercem influência para a retomada do turismo, pois a retomada do turismo é fundamental principalmente em um país onde o turismo doméstico:

[...]possui um impacto ainda mais significativo na economia nacional. Enquanto o turismo doméstico representa 73% do gasto de turismo no mundo, no Brasil os gastos nacionais em viagens totalizam 94% do setor - o gasto interno em viagens e turismo no ano de 2017 foi de aproximadamente US\$100 bilhões (WTTC, 2018b). Isso demonstra uma alta dependência do turismo nacional em relação ao mercado interno[...] (CLEMENTE *et al.*, 2020, p. 78).

Holanda, Azevedo e Liberato (2020), em estudo que apontou o impacto da pandemia de COVID-19 nos empreendimentos do setor do turismo em Aracaju/SE, observaram que no mês de junho de 2020 já se iniciaram as políticas de retomada do turismo assim como em Pirenópolis, sendo que no mesmo mês o governo do Estado de Sergipe lança o Decreto nº 40.615 de 15 de junho de 2020, que “reitera a declaração de estado de calamidade pública em todo o território estadual, institui o Sistema de Distanciamento Social Responsável - SDSR, para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19, no âmbito do Estado de Sergipe”, mostrando a contraditoriedade das decisões governamentais.

Não só os governos municipais e estaduais a partir do mês de junho/julho, já pensavam a retomada das atividades turísticas, como o MTur também preparava diretrizes para a reabertura do setor. Como já foi assinalado no capítulo 2, o MTur em julho de 2020 começa o programa Selo Turismo Responsável, “que estabelece boas práticas de higienização para 15 segmentos do setor e para os próprios turistas”, em matéria atualizada em março de 2021. A data é ressaltada, porque mesmo diante do total descaso com a vida do Governo brasileiro, o MTur em nenhum momento desde a implantação do selo (agosto de 2020), colocou a hipótese parar ou controlar o turismo, as propostas são todas de retomada.

A última notícia vinculada no site do MTur, datada de 05 de maio, discorre sobre uma reunião com o ministro do turismo Gilson Machado Neto, e o embaixador dos Estados Unidos, Todd Chapman para discutirem “a apresentação de propostas para o aumento no número de turistas norte-americanos no Brasil”. Mesmo que o foco da matéria seja o turismo internacional, a demonstração de descaso com a situação pandêmica no Brasil é clara, pois em nenhum momento se fala na gravidade da pandemia no Brasil.

Mesmo assim o MTur contundia a emitir o “Selo Turismo Responsável”, ao invés de propor políticas que mantenham a renda dos trabalhadores do turismo, sem ter que retomar as atividades visto o contexto brasileiro. Em Pirenópolis alguns estabelecimentos já receberam o citado selo da MTur, onde até dia 09 de maio 25 meios de hospedagem tinham obtido o selo¹⁴.

O poder municipal, através dos decretos, tenta determinar os fluxos, com objetivo de evitar a disseminação do vírus, mas sem nenhuma eficácia, como mostra o contexto atual. Em decreto de fevereiro de 2021 (Tabela 3), já diante do aumento de casos, óbitos e internamentos com números alarmantes, não se colocou possibilidade da suspensão do turismo. O decreto, vago não trata diretamente do turismo, mas do “funcionamento das atividades econômicas, sociais, religiosas, esportivas, lazer, educacionais, públicas, dentre outras, [...]”, onde as medidas dizem respeito somente a higienização como uso de álcool e mesas afastadas, e no art. 2º, I, letra “g) Somente poderão permanecer até 06 (seis) pessoas em cada mesa;”, onde pode-se ver claramente que é mais importante manter o estabelecimento aberto do que controlar a disseminação.

Em março, outro decreto onde lê-se: “o prefeito do município de Pirenópolis, estado de Goiás, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o aumento de casos e

¹⁴ Número obtido em pesquisa no site do MTur:
< <http://turismo.gov.br/paineis/acompanhamentoselos/>>.

óbitos, bem como a elevação das taxas de ocupação nos hospitais públicos e privados no Estado de Goiás, e ainda, a necessidade de intensificação de medidas de isolamento visando evitar o fechamento total das atividades no Município.”, decretou que no “Art. 1º Fica instituído, pelo período de 14 (quatorze) dias, limitação de ocupação em 50% (cinquenta por cento) de todos os espaços, públicos e privados, onde se exerçam quaisquer atividades, dentre elas, as econômicas, sociais, religiosas, esportivas, lazer, administrativas e educacionais.”

O que seria o racionalmente aceitável seria uma paralização geral destas atividades diante do contexto, e não apenas a redução à 50%. Os comércios, principalmente as micro e pequenas empresas, bem como os trabalhadores informais e autônomos, deveriam receber auxílio do estado com recursos financeiros para poder parar as atividades. O Estado e seus recursos, porém, não estão aí para “socorrer” a todos, argumentam os governantes não ter fundos para tal, mas nunca falta dinheiro para salvar um banco ou empresário “falido”, mas é disso que uma sociedade de classes se trata.

Em abril de 2021, no pior cenário desde o início da Pandemia, beirando 5 mil óbitos diários, as medidas por parte das instituições governamentais tentam ser mais energéticas, e o município de Pirenópolis adere ao decreto estadual, que entre outras medidas o art. 3º impacta diretamente o turismo: “Art. 3º Ficam proibidas, no período de sábado a domingo, as atividades não essenciais, inclusive as de hospedagem, como hotéis, pousadas e casas de temporada, exceto para o acolhimento de profissionais que desempenhem atividades essenciais no Município”.

Apesar destas medidas interferirem nos fluxos turísticos, principalmente por causa do fechamento das hospedagens e a proibição de atividades de lazer aos fins de semana, são mediadas que não asseguram a contenção da pandemia, pois não interrompe o fluxo de pessoas em geral, principal veículo disseminador do vírus da COVID-19.

O último decreto analisado no presente estudo data de 19 de abril de 2021 (Tabela 3), onde segundo o documento, o município de Pirenópolis passou do estado de calamidade (vermelho) para crítica (laranja), sendo que desse modo as atividades voltaram a ser permitidas aos fins de semanas bem como as atividades de lazer respeitando algumas restrições, alguns pontos do decreto que impactam o turismo são:

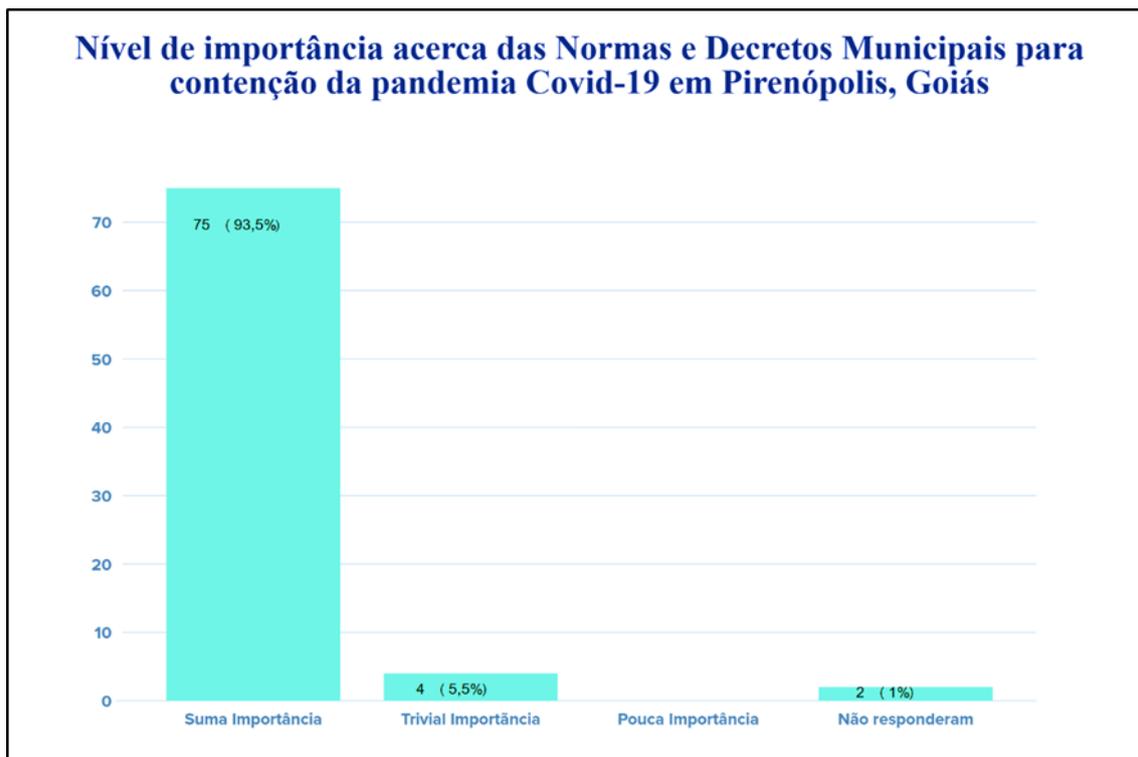
Art. 1º Fica instituída limitação de ocupação em 50% de (cinquenta por cento) todos os espaços, públicos e privados, onde se exerçam quaisquer atividades, dentre elas, as econômicas, sociais, religiosas, esportivas, lazer, administrativas e educacionais.

§5° A limitação de ocupação dos hotéis, pousadas, casas de outros meios de temporada e hospedagem, será aferida em relação ao número total de leitos, devendo ser assegurado o distanciamento mínimo de 2,0 (dois metros) entre uma pessoa e outra, especialmente nas áreas comuns.

São medidas paliativas que pouco efeito tem em reduzir a disseminação do COVID-19. Assim, como em agosto de 2020, qualquer estabilização no número de contágios e óbitos é seguida da flexibilização dos protocolos de combate, como demonstra os dois últimos decretos da prefeitura de Pirenópolis - GO.

Segundo o último Boletim Observatório COVID-19 da agencia FioCruz, entre 18 de abril a 1º de maio, se registrou “uma ligeira queda no número de casos e óbitos por COVID-19 e as incidências de Síndromes Respiratórias Agudas Graves (SRAG) permanecem em níveis muito altos em todos estados, ainda que em estabilidade ou redução em muitos estados”. Esta ligeira queda não deveria ser vista pelos agentes institucionais com otimismo, visto que se trata ainda de um cenário gravíssimo, ainda mais se comparar com outros países “a ligeira redução em casos e óbitos por COVID-19 não significa que tenhamos saído de uma situação crítica [...]” (FIOCRUZ, 2021, p. 01).

Neste contexto, o fluxo turístico permanece contribuindo para a disseminação do vírus. Enquanto atividade de lazer o turismo não é considerado atividade essencial, e como tal acaba por ser uma das mais afetadas pelas medidas governamentais, mesmo que estas ajam em contradição. Mesmo com a situação crítica no Brasil, a amostra desta pesquisa entende que é muito importante os decretos municipais que visam o combate a Pandemia, sendo que 75 dos entrevistados (93,5%) acham que tais medidas são de suma importância (Gráfico 01).

Gráfico 1 – importância dos decretos municipais de Pirenópolis segundo amostra.

Fonte: elaboração própria (2021).

Em estudo que versa sobre “a reabertura da hotelaria e os protocolos de prevenção da COVID-19”, Sousa (2021) observa que existe uma série de protocolos elaborado, desde as instituições governamentais como a MTur, MS, Governos Federais, estaduais e municipais, SEBRAE, além das entidades não governamentais como associações de hotelaria e transporte, entre outras, com intuito da retomada do turismo seguro em meio a pandemia.

Souza (2021) argumenta que um dos principais problemas de tantos protocolos é a falta de comunicação e articulação entre as diversas esferas de tomada de decisão que geram problemas e constrangimento para os usuários “o percentual da capacidade autorizada para operação dos meios de hospedagem, por exemplo, diverge bastante em estados e municípios. Fica o alerta para os meios de hospedagem verificarem as recomendações dos protocolos do seu município e estado” (SOUSA; 2021, p. 04).

A complexidade das relações na sociedade contemporânea torna o enfrentamento de crises como a do COVID-19 uma tarefa colossal. Mas isto está muito além da “falta” de diálogo entre os poderes (horizontais) e a população. É claro que fatores subjetivos como a orientação moral e ética de determinado governante influência nas políticas públicas e no desdobramento consequências de uma crise sanitária ou econômica ou ambas, como mostra atualmente o caso do Brasil.

Mas é fundamental ter em mente que a crise do COVID-19 se desenvolve em uma sociedade já em crise e repleta de contradições, pois se refere a uma sociedade de classes. Nesse sentido, o Estado tem a função primordial de sustentar a reprodução capitalista, seja através de seus aparatos repressivos ou ideológicos. Como é de se esperar, os fundamentos do capitalismo não são colocados em discussão e a Pandemia é tratada erroneamente como causa em si mesma ou como um acontecimento “natural” como um tsunami ou terremoto segundo alguns autores como Rêgo, Barros e Lanzarini (2021).

Sem almejar alternativas para além do capital, a vida fica em segundo plano e os lucros em primeiro lugar. Na sociedade da mercadoria, todo trabalho é essencial, principalmente para os trabalhadores assalariados, pois dependem da venda de sua força de trabalho (como mercadoria), e como proletário não pode escolher onde nem como nem quando ficando à mercê das verticalidades. E talvez seja esse um dos maiores problemas que enfrentamos: a falta da organização das horizontalidades para se opor as determinações do capital para construir uma sociedade onde o lazer e turismo seja uma realidade para todos, segura e humana.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do presente estudo foi analisar os impactos turísticos causados pelo COVID-19 em Pirenópolis, Goiás, bem como as boas práticas e utilização dos protocolos de saúde para a retomada da atividade turística, com base na pesquisa documental e nas entrevistas realizada com moradores, empreendedores do setor turístico, Colaboradores do trade, gestores públicos e turistas.

Os resultados mostraram que o turismo em Pirenópolis foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, principalmente no começo da pandemia (6 primeiros meses), onde de imediato toda atividade turística foi suspendida no primeiro mês de pandemia (março). As iniciativas tomadas pelo governo municipal seguiram em parte as recomendações internacionais, visto que todas as medidas impactam diretamente o turismo, como a suspensão de eventos públicos, fechamento de hospedarias, restaurantes, entre outros.

Quanto a questão econômica, esta foi um dos principais impactos da pandemia, a suspensão da atividade turística afetou todos do município, principalmente os trabalhadores do setor que tiveram suspensão dos contratos, redução salarial, diminuição nas vendas, no faturamento e fechamento de estabelecimentos. Outro aspecto importante a se ressaltar nos resultados foi a alteração nos comportamentos, como os horários de funcionamento, diminuição das aglomerações, bem como o fluxo de turistas, que apesar da população concordar com os decretos municipais a respeito da redução das atividades, se notava o descumprimento por parte de moradores e turistas

Para além dos impactos visíveis como a redução no fluxo turístico, os resultados da presente pesquisa revelam a escala global da situação pandêmica e de como as relações sociais estão relacionadas em sua totalidade através da globalização. Essas relações entre o particular (Pirenópolis) e a universalidade do capital são reveladas por vezes de forma contraditória como o caso do turismo, onde uma atividade de lazer típica do capitalismo, se transformou em um grande comércio mundial e a fonte de renda de milhares de pessoas, lazer para uns, sobrevivência para tantos outros.

A necessidade de retorno das atividades turísticas, vai para além das necessidades inesgotáveis de busca pelo lucro dos empresários do setor, mas é uma necessidade real para que milhares de trabalhadores assalariados recuperem sua renda. Nesse sentido, a situação geográfica e turística em Pirenópolis acompanha e é condicionada aos ditames de reprodução do capital, ficando à mercê das iniciativas verticalizante impostas pelo estado e órgãos internacionais.

Os impactos da pandemia de COVID-19, mesmo que em um único município ainda não podem ser mensuradas em sua totalidade. A pandemia ainda em andamento causa impactos mais profundos do que econômicos, pois além das milhares de vidas perdidas em detrimento do lucro de uma minoria, os impactos como os emocionais e alterações no comportamento, podem levar a outras consequências que não podem ser vislumbradas em um único estudo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, S. COVID-19: a doença dos espaços de fluxos. **Geographia**, Niterói, v. 22, n.48, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/42848/24513>. Acesso em: 16 fev. 2021

ALVARADO-SIZZO, I.; COSTA, E. B. da. Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina. **Investigaciones Geográficas**, Alicante, n. 99, p. 1-26, agosto. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/igeo/n99/2448-7279-igeo-99-e59792.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ALVES, V. J. R. A relação sociedade-natureza e a ética do cuidado desde o turista. **PatryTer** [online], v. 1, n. 2, p. 58-71, setembro. 2018 Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/7149/11365>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Em Madri, ministro do Turismo reforça necessidade de protocolo de saúde único para o mundo. **Portal Governo do Brasil**, Brasília, 18 mai. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/em-madri-ministro-do-turismo-reforca-necessidade-de-protocolo-de-saude-unico-para-o-mundo>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BENI, M. C. Turismo e COVID-19: algumas reflexões. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, Caixas do Sul, v.12, n. 3, p. 1-23, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8929>. Acesso em: 01 mar. 2021.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no planalto central: eco história do distrito federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: UNB, 1995.

BOENTE, A.; BRAGA, G. **Metodologia científica contemporânea**. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Carta de Serviços**. Brasília: Ministério do Turismo, 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional**. Brasília: FGV; SEBRAE, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. Selo Turismo Responsável: Segurança para o consumidor e Incentivo para o turismo brasileiro. **Portal Governo do Brasil**, Brasília, [s.d]. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/seloresponsavel/>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CARNEIRO, J .; ALLIS. T . Como se move o turismo durante a pandemia da **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-23, jan./abril. 2021. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/2212/1419>. Acesso em: 01 mar.2021.

CASTILHO, D. Um vírus com DNA da globalização: o espectro da perversidade. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 01-08, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/10332>. Acesso em: 01 nov. 2020.

CASTRO, R. Boletim aponta alta no número de casos e óbitos por COVID-19. **Portal Fiocruz**, Rio de Janeiro, novembro, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/boletim-aponta-alta-no-numero-de-casos-e-obitos-por-COVID-19>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CASTRO, R. Observatório COVID-19: 17 estados e DF têm ocupações de leitos de UTI superiores a 90%. **Portal Fiocruz**, Rio de Janeiro, março, 2020. Disponível em: <https://agencia.fiocruz.br/observatorio-COVID-19-17-estados-e-df-tem-ocupacoes-de-leitos-de-uti-superiores-90>. Acesso em: 01 mar. 2021.

CLEMENTE, A. C. F.; ANDRADE, L. G.; STOPPA, E. A.; SANTOS, G. E. de O. Políticas públicas frente aos impactos econômicos da COVID-19 no Turismo. **Revista Cenário**, Brasília, v. 8, n. 14, junho. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/32210/26423>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (FECOMERCIO). Índice Cielo de vendas do turismo da CNC. Rio Grande do Sul: SESC/SENAC, 2020.

CONFINS. Como o coronavírus viaja pelo Brasil, três casos exemplares. **Revista franco-brasileira de geografia** [online], n. 45, junho. 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/28436>. Acesso em 1 out. 2020.

CORBARI, S. D.; GRIMM, I. J. A pandemia de COVID-19 e os impactos no setor do turismo em Curitiba (PR): uma análise preliminar. **Ateliê do Turismo**, Campo grande, v. 4, n. 2, p. 01-26, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/11284>. Acesso em: 15 fev. 2021.

COSTA, E. B. da. **Totalidade urbana e totalidade-mundo**: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/publico/2011_EveraldoBatistadaCostan.pdf. Acesso em: 01 dez. 2020.

COSTA, E. B. da. Fundamentos de uma emergente patrimonialização global. **Geografia**, Rio Claro, v. 39, n. 2, p. 241-256, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/9318/7339>. Acesso em: 01 mar. 2021

COSTA, E. B.; ALMEIDA, M. G.; OLIVEIRA, R. F.; RUBIO, R. P. Realização social da natureza pelo turismo na Chapada dos Veadeiros. **Revista franco-brasileira de geografia** [online], n. 25, novembro. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10474>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FARIAS, H. S. de. O avanço da COVID-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 01-13, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11357>. Acesso em: 01 nov. 2020.

FARREL, H; NEWMAN, A. Will the Coronavirus End Globalization as We Know It? The Pandemic Is Exposing Market Vulnerabilities No One Knew Existed. **Foreign Affairs**,

New York, 16 mar. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/2020-03-16/will-coronavirus-end-globalization-we-know-it>. Acesso em: 01 mar. 2021.

FIOCRUZ. Boletim Observatório COVID-19. **Portal Fiocruz**, Rio de Janeiro, 6 abr. 2021. Disponível em: https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/boletim_extraordinario_2021-abril-06-red_2.pdf. Acesso em: 21 abr. 2021.

Protocolo de manejo clínico para o novo-coronavírus (2019-nCoV)*. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/11/protocolo-manejo-coronavirus.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021

FRANCIA, J. A. B.; SÁNCHEZ, M. de I. Á. H.; RAMOS, J. L. L. Políticas de gestión turística, transformación urbana y patrimonio en Puerto Vallarta, México. **PatryTer** [online], v. 3, n. 6, p. 51-65, setembro. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/26958>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GOIÁS. Observatório do Turismo. **Censo hoteleiro Pirenópolis 2018/2019**. Pirenópolis: Observatório do Turismo, 2019.

GOIÁS. Goiás Turismo. **Plano Estratégico Goiás Turismo 2019/2022**. Goiânia: Goiás Turismo, 2018.

GARBUIO, M. E. M. da S.; RIBEIRO, E. A. W. A COVID-19 e sua Influência no Comportamento e Fruição das Praias Marítimas Urbanas de Balneário Camboriú, Santa Catarina, Brasil. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 455-476, set./dez., 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/173153/167869>. Acesso em: 01 dez. 2020.

HOLANDA, F. S. R.; AZEVEDO, D. S.; LIBERATO, M. M. Impactos da pandemia da COVID-19 nos Empreendimentos Turísticos de Aracaju/Sergipe /Brasil. **Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**, São Luís, v. 6, n. 2, p. 209-226, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/15825/8403>. Acesso em: 01 mar. 2021.

IBGE. Cidade e Estados: Pirenópolis. **Portal IBGE**, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/go/pirenopolis.html>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

IBGE. Pirenópolis. **Portal IBGE**, Rio de Janeiro, maio, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/pirenopolis/historico>. Acesso em: 10 set. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARTÍSTICO NACIONAL. Pirenópolis (GO). **Portal IPHAN**, Brasília, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/364>. Acesso em: 15 fev. 2021.

KILBERT, E. C. **Pirenópolis - Limites e Possibilidades de Desenvolvimento pelo Turismo**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19415/1/2015_ErikaCristianeKilbert.pdf. Acesso em: 04 mar. 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e Meio Ambiente na Mitificação dos Lugares. **RTA**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 35-43, maio. 2000. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63507/66250>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MALULY, V. S. **Como se fossem para o cabo do mundo**: geohistória e cartografias sobre os caminhos e os descaminhos de Goyaz (1725-1752). Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/31383?locale=en>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MARUJO, N. Pesquisa em turismo: Reflexões sobre a bordagem qualitativa e quantitativa. **Tur y Des, Revista de investigación en turismo y desarrollo local**, Vol 6, Nº 14, 2013.

MATOS, V.; BARCELLOS, C. Relações entre turismo e saúde: abordagens metodológicas e propostas de ação. **Rev Panam Salud Publica**, Washington D.C, v. 28, n. 2, p. 128-134, agosto. 2010. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/9648/a09v28n2.pdf?sequence=1&isAllo wed=y>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MECCA, M. S.; GEDOZ, M. G. do A. COVID-19: reflexos no turismo. **Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade**, Caixas do Sul, v.12, n. 3, p. 1-5, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8902>. Acesso em: 01 mar. 2021.

MEJÍA, J. M. Reflexiones en torno a los procesos de patrimonialización del patrimonio cultural inmaterial. **PatrytTer** [online], v. 1, n. 2, p. 72-83, setembro. 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/7177/11366>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MELLO- THÉRY, N. A. de; THÉRY, HERVÉ. A geopolítica do COVID-19. **Espaço e Economia**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 01-10, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/11224>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MESQUITA, E. Território usado e lógicas patrimoniais no Paraguai. **PatrytTer** [online], v. 3, n. 6, p. 167-184, setembro. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/32283/26825>. Acesso em: 01 nov. 2020.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. Contexto, São Paulo, 2002

PAULO NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NEVES, C. S. B.; CARVALHO, I. S.; LEONEL DE SOUZA, W. F.; FILIPPIM, M. L. Os impactos da COVID-19 nas viagens de turistas brasileiros: conjuntura e perspectivas na eclosão e na expansão da pandemia no Brasil. **Turismo, Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 23, n. 1, p. 2-25, Jan./Abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tva/v23n1/1983-7151-tva-23-01-00002.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021

NEWBILL, M. A. de. Patrimônio, território y memoria: análisis desde el Distrito Histórico de Panamá. **PatryTer** [online], v. 2, n. 3, p. 37-48, abril. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/7177/11366>. Acesso em: 01 nov. 2020.

OLIVEIRA NETO, T.; GARCIA, T. de S. L.; SPINUSSI, E. Pandemia de COVID-19, as fronteiras pelo mundo e o transporte aéreo na Itália. **Confins** [Online], n. 44, março. 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/27577>. Acesso em: 01 mar. 2021.

Organização Mundial da Saúde. Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV), **World Health Organization**, Genebra, 03 jan. 2020. Disponível em: [https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihr-emergency-committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov)). Acesso em: 01 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Os nomes da doença coronavírus (COVID-19) e do vírus que a causa [tradução nossa]. **Organização Mundial da Saúde**, Washington, 2020. Disponível em: [https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-\(COVID-2019\)-and-the-virus-that-causes-it](https://www.who.int/es/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/technical-guidance/naming-the-coronavirus-disease-(COVID-2019)-and-the-virus-that-causes-it). Acesso em: 15 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Organização Pan-americana da Saúde. **Folha informativa COVID-19** - Escritório da OPAS e da OMS no Brasil, Washington, 12 fev. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/COVID-19>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo**: Um fenômeno econômico e mundial. UNWTO, Madrid, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/turismo>. Acesso em: 22 set. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). Impact of COVID-19 on global tourism made clear as UNWTO counts the cost of standstill. **UNWTO**, Madrid, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/news/impact-of-COVID-19-on-global-tourism-made-clear-as-unwto-counts-the-cost-of-standstill>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ORGANIZAÇÃO NAÇÕES UNIDAS. Agência da ONU pede ações para reverter perdas no setor de turismo. **ONU News**, Nova York, abril, 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/04/1747212>. Acesso: 01 mar. 2021

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde). **Considerações sobre medidas de distanciamento social e medidas relacionadas com as viagens no contexto da resposta à pandemia de COVID-19**. Washington, 03 de abril de 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52045>. Acesso em: 01 out. 2020.

Organização Pan-Americana da Saúde. Folha informativa COVID19. **OPAS Brasil**, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/quem-somos>. Acesso em: 03 mar. 2021.

PAKMAN, E. T. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. In: Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 11., 2014, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: UECE, 2014. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PANIAGO, M. C. S. Mészáros, a Crise Estrutural e Seus Impactos na Luta Revolucionária dos Trabalhadores. **Revista Primavera Vermelha** [online], p. 1-36, 2018. Disponível em: http://www.cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Meszaros_a_crise_estrutural_e_seus_impactos_na_luta_revolucionaria_dos_trabalhadores.214182026.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

PAIVA, B. A. de; OURIQUES, N. D. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o horizonte?. **Revista Katálysis**, v. 9, n. 2, p. 166-175, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v9n2/a04v09n2.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2021.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.421/2020. Declara situação de emergência em saúde pública no Município de Pirenópolis – Goiás e dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19), no âmbito do poder executivo do Município de Pirenópolis – Goiás. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 18 mar. 2020.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.450/2020. Institui o comitê de fiscalização para supervisão e monitoramento do cumprimento das normas impostas ao combate da COVID-19 no município de Pirenópolis – Goiás e da outras providências. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 15 abr. 2021.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.451/2020. Dispõe sobre as atividades e comércios que podem funcionar no período da pandemia alterando o artigo 2º do decreto municipal 3449/2020 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 20 abr. 2020.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.461/2020. Dispõe sobre as atividades e comércios que podem funcionar no período da pandemia alterando o artigo 2º §§ 1º e 2º do decreto municipal 3459/2020 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 26 mai. 2020.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.499/2020. Altera o decreto n. 3.485/2020 que dispõe sobre medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo coronavírus (COVID-19), no âmbito do poder executivo do município de Pirenópolis – Goiás e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 21 ago. 2020.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.612. Estabelece medidas restritivas para enfrentamento à pandemia decorrente da disseminação da COVID-19. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 19 fev. 2021.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.651. Dispõe sobre restrições para a continuidade no enfrentamento da pandemia decorrente da disseminação da COVID-19. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 30 mar. 2021.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.673. Dispõe sobre a adesão deste Município ao inteiro teor do Decreto Estadual n. 9.848/2021. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 15 abr. 2021.

PIRENÓPOLIS. Decreto n. 3.677. Dispõe sobre a adequação das restrições às atividades econômicas, considerando a nova classificação do mapa de risco da

Região Pirineus, publicada no dia 16/04/2021, relativo ao combate da COVID-19. **Diário Oficial do Município**, Pirenópolis, 19 abr. 2021.

PIRENÓPOLIS. **História**. Pirenópolis, 2020. [online]. Disponível em: <https://www.pirenopolis.com.br/historia>. Acesso em: 10 set. 2020.

PIRENÓPOLIS. **Manual de boas práticas e biossegurança segmento: agências de turismo/guias de turismo/transportes de turismo**. Pirenópolis: Prefeitura Municipal de Pirenópolis, 2020.

RÊGO, G. C. de B.; BARROS, A. G. A. de L.; LANZARINI, R. Turismo de eventos e COVID-19: aportes dos protocolos de segurança e estratégias para a retomada do setor. **Ateliê do Turismo**, Campo Grande, v. 5, n. 1, p.89-118, jan ./jun 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/12183>. Acesso em: 01 mar. 2021.

ROSSI, C. L.; RIBEIRO, A. M. B. O turismo como lazer, o turismo de compras em Jaguarão e suas relações com o COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n.1, p.38-46, janeiro. 2021. Disponível em: https://ei.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/21866/etp2_resumo_expandido_21866.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

SÁ, F. Z. de. Mobilidade da produção científica sobre turismo e COVID-19. **Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade**, Caxias do Sul, v, 12, n. 3, p. 01-12, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8858/pdf>. Acesso em: 04 out. 2020.

SANTOS, J. P. F. dos. **Em busca de um turismo participativo: análise sobre o envolvimento da comunidade local no planejamento turístico de Pirenópolis/GO**. 2018. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de bacharel em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/20863/1/2018_JoaoPauloFariasDosSantos_tcc.pdf. Acesso em: 01 mar. 2021.

SENA, C. C. A. de. **Alimentação, Território e Turismo em Pirenópolis (GO): implicações da mundialização nas identidades locais**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais – Universidade Federal de Goiás, Goiânia: UFG, 2017. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/7603/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Caio%20C%C3%A9sar%20Alencar%20de%20Sena%20-%202017.pdf>. Acesso em: 21 mar.2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**, 24a Edição, Cortez Editora, 2017.

SILVA, E. T.; CURADO, J. G. Centro Histórico de Pirenópolis: vinte anos de legislação (levantamento histórico). In: Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UEG, 3., Goiânia, **Anais [...]**, Goiânia: UEG, 2016. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/7840/5343>. Acesso em: 01 mar. 2021.

TASSO, J. P. F.; MOESCH, M. M.; NÓBREGA, W. R. M. Reincorporação da Ética às Políticas Públicas de Turismo: uma necessária reflexão no combate às consequências

do COVID-19. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/2141/1406>. Acesso em: 01 mar. 2021.

THERY, H. Cartografia da Pandemia COVID-19 no Brasil, 14 jun. 2020. Facebook: **Evolução do número de casos de COVID-19** @hervethery. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=264699218181518&set=a.264701134847993>. Acessado em: 01 jul. 2020.

TURATO, E. R. **Tratado da metodologia da pesquisa qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

UNWTO. Unas restricciones de viaje más estrictas acentúan los actuales retos del turismo. **UNWTO**, Madrid, 8 mar. 2021. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/news/unas-restricciones-de-viaje-mas-estrictas-acentuan-los-actuales-retos-del-turismo>. Acesso em: 04 mar. 2021.

UNWTO. Restrições de viagens mais rígidas acentuam os desafios atuais do turismo. **UNWTO**, Madrid, 2020. Disponível em: <https://www.unwto.org/es/news/unas-restricciones-de-viaje-mas-estrictas-acentuan-los-actuales-retos-del-turismo>. Acesso em: 01 mar. 2021.

VALE, G. C. **A mise-em-film da fotografia no documentário brasileiro**. Belo Horizonte: Filmes de Quintal e Relicário edições, 2016.

YÁZIGI, E. A. Ensaio teórico pela patrimonialização do espaço banal: um enlace de geografia-urbanismo-sociologia-planejamento e turismo. **PatryTer** [online], v. 2, n. 3, p. 01-07, abril. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/patryter/article/view/14281/21186>. Acesso em: 01 nov. 2020.

APENDICE

Questionário da utilizado no período pesquisa

I- Dados do(a) Entrevistado(a)

Nome do Entrevistado:

Turista Residente Empreendedor Colaborador do Trade

Gestor Público

Idade:

Identidade de Gênero: Masculino Feminino Outro

Profissão:

Nacionalidade:

Meio de Transporte mais utilizado:

E-mail / Telefone:

II- Dados da Instituição que Trabalha em Pirenópolis/GO

Nome da Instituição/Empresa:

Tipologia: ONG OSCIP Governamental Empresa Outro:

Ano de Fundação:

Área de Atuação:

Endereço:

Site:

III- Dados sobre as Práticas Turísticas

Data da Hospedagem: De _____ à _____ de 2020.

Meio de hospedagem utilizado: Pousada Hotel Casa de Temporada

Camping Residência Familiares e/ou Amigos

Motivação Principal: Atrativos Naturais Parque Estadual Serra dos Pireneus

Centro Histórico Gastronomia Ecoturismo Outros

Quais: _____

IV- Sobre os Protocolos assumidos e Decretados no Município de Pirenópolis/GO

1- Observa Mudanças no Destino Pirenópolis a partir da Pandemia COVID-19? Quais?

2- Quais foram os meios de comunicação que obteve informações acerca de condutas e protocolos no destino Pirenópolis?

3- A repartição ao qual trabalha determina protocolos e Boas Práticas decretadas no município de Pirenópolis?

4- Em relação ao Covid-19, quais são os critérios que você elenca como primordial para segurança e saúde dos que moram ou visitam Pirenópolis/Goiás?

- Uso de máscaras área de desinfecção
- reservas aos atrativos- Voucher de entrada
- Diminuição da capacidade de carga

5- Observa que critérios estabelecidos pela saúde são respeitados e praticados pelos estabelecimentos privados e instituições públicas?

A&B? sim Não Parcialmente

Meios de Hospedagem? Sim Não Parcialmente

Prefeitura e órgãos públicos? Sim Não Parcialmente

Instituições Bancárias? Sim Não Parcialmente

6- (Para colaboradores ou gestores)

A) A instituição que representa se adequa ao atendimento remoto/ online?

Sim Não

B) Quais inovações foram trazidas nesta modalidade para melhorar a comunicabilidade?

C) Sobre inovação nos meios de comunicação: Esta categoria representa um volume expressivo na tomada de decisões?

Sim Não

7- Reconhece qual nível de importância acerca das orientações sobre o COVID-19, (prevenção e protocolos de saúde) trazidas pela OMS, OMT e outras instituições brasileiras?

Pouco importante Trivial Suma importância

8- Considera o Destino Pirenópolis- Goiás como seguro para visitação?

Sim Não

9- Indicaria o Destino Pirenópolis ainda antes da possível vacina de imunização?

Sim Não